



CETESB

RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO E
DE SUSTENTABILIDADE
2021

PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
FORTES



Governo do Estado de São Paulo
Rodrigo Garcia - Governador do Estado de São Paulo

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
Fernando Chucre - Secretário de Estado

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Patrícia Iglecias - Diretora-Presidente

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

Diretoria de Gestão Corporativa
Aruntho Savastano Neto - Diretor

Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental
Gláucio Attorre Penna - Diretor

Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Domenico Tremaroli - Diretor

Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental
Carlos Roberto dos Santos - Diretor

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO e DE SUSTENTABILIDADE 2021

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO 2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
DESTAQUES DOS RESULTADOS DE 2021	7
MENSAGEM DA DIRETORA PRESIDENTE	8
ESG NA CETESB.....	11
A INSTITUIÇÃO	13
RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL	14
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	17
CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	17
EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB -	25
ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO	27
COMPROMISSOS E METAS.....	27
COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2022	28
ESTRATÉGIA 2022-2026	28
GESTÃO	32
DESEMPENHO DOS CAPITAIS.....	35
CAPITAL FINANCEIRO	35
CAPITAL MANUFATURADO - RESULTADOS.....	36
CAPITAL INTELECTUAL.....	51
CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO	54
CAPITAL NATURAL - SUSTENTABILIDADE	56
CAPITAL HUMANO	60
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE.....	64
DESEMPENHO CONTÁBIL	69
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	71
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	71
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	72
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	73
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ..	95
PARECER DO CONSELHO FISCAL	100

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No início de 2020, o mundo foi surpreendido com uma pandemia, assim reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, que afetou significativamente o modo de vida da população em virtude de graves reflexos à saúde e estendem-se, além de 2021, até o presente. A presença e a disseminação do coronavírus SARS-CoV-2 demonstraram o quanto é frágil esta cadeia que nos mantém vivos, reforçando a primordial necessidade de um meio ambiente saudável e sustentável, bem como, de repensarmos os nossos padrões de consumo e a maneira como vivemos. Entretanto, criou também a oportunidade do surgimento de soluções inovadoras, além da aceleração de medidas que estavam embrionárias como o teletrabalho. Nesse período, a CETESB passou por grandes desafios para continuar cumprindo com a sua missão, o que foi alcançado graças a um esforço conjunto.

Seguindo os princípios da transparência e de uma gestão voltada para as boas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração e de Sustentabilidade - 2021, reportando os avanços obtidos, a estratégia para 2022-2026, além dos desempenhos dos capitais financeiro, intelectual, social e de relacionamento e humano, bem como, as informações de sustentabilidade.



DESTAQUES



DESTAQUES DOS RESULTADOS DE 2021

60.080 SOLICITAÇÕES atendidas decorrentes do licenciamento ambiental, aumento de 13% em relação a 2020

66 DIAS DE PRAZO MÉDIO DE ATENDIMENTO das solicitações de licença de operação decorrentes de licenciamento

MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS, com aquisições de 1.056 notebooks, 100 desktops, 36 workstations e 2 servidores

R\$ 313 MILHÕES EM RECEITAS PRÓPRIAS decorrentes do licenciamento ambiental

CERCA DE R\$ 6,1 BILHÕES DE INVESTIMENTOS NO ESTADO viabilizados pelos licenciamentos com Avaliação de Impacto Ambiental, aumento de 15% em relação a 2020

210 MIL ENSAIOS físicos, químicos, microbiológicos, hidrobiológicos, ecotoxicológicos e toxicológicos para o monitoramento da qualidade do ar, água e solo, resultado semelhante ao de 2020

MONITORAMENTO DE SARS-CoV-2 em amostras de esgoto, em apoio à vigilância epidemiológica da saúde do estado de São Paulo, no combate à pandemia

MAIS DE 2.300.000 DOCUMENTOS emitidos no Módulo Manifesto de Transporte de Resíduos do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - SIGOR, implantado em 2021

1.176 NOVAS EMPRESAS aderentes aos planos de Logística Reversa

1.162 NOVAS EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES aderentes ao Acordo Ambiental São Paulo, compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa, 1.149% de aumento em relação a 2020

311 ATENDIMENTOS A EMERGÊNCIAS QUÍMICAS, redução de 10% em acidentes relativamente a 2020

13 CÂMARAS AMBIENTAIS em funcionamento desde 2020, com discussão, análise e elaboração de 12 documentos, direta ou indiretamente relacionados com o licenciamento ambiental do Estado

2 PROTOCOLOS DE INTENÇÃO firmados com entidades empresariais, com vistas a apoiar a adesão dos setores produtivos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Organização das Nações Unidas - ONU - iniciativa iniciada em 2021

MENSAGEM DA DIRETORA PRESIDENTE

A CETESB atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nessa temática.

Assim, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo mantém o papel de liderança na implantação das políticas públicas ambientais disseminadas no país, atingindo em 2021 a marca de 60.080 pedidos de licenças analisados, com uma média de 221 solicitações atendidas por dia útil.

Para além do licenciamento, a CETESB implementou, desde o começo da pandemia, o monitoramento da Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus-2 - SARS-CoV-2 em amostras de esgoto e águas superficiais, incluindo a inserção dos municípios de Serrana e Botucatu que foram imunizados em massa, objetivando acompanhar o comportamento de disseminação do vírus e avaliar as tendências de sua circulação nas populações, apoiando a área de vigilância epidemiológica no combate à pandemia.

Em outra frente, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, a companhia assumiu dois Protocolos de Intenção para fomento de metas de redução dos impactos ambientais decorrentes dos processos produtivos, o primeiro com a Associação Brasileira da Indústria de Cloro Alcalis e Derivados - ABICLOR e o segundo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT, e o SINDITÊXTIL-SP.

Em novembro, a CETESB representou o estado de São Paulo na Planet Budapest 2021 Sustainability Expo and Summit, reunião de Chefes de Estado e de Governo, com participação do secretário-geral da ONU e renomados especialistas do mundo científico e empresarial para discutir respostas viáveis aos desafios do desenvolvimento sustentável, dentre os quais o combate às mudanças climáticas.

Em relação a esse tema, e buscando reforçar o compromisso do Governo do Estado de São Paulo de apoiar o cumprimento das metas nacionais do Acordo de Paris, foi lançado o Acordo Ambiental São Paulo, que incentiva empresas e associações paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa - GEE, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2°C. O sucesso do Acordo é visível, saltando de 184 empresas e associações aderentes em novembro de 2020 para 1.346 em novembro de 2021.

Outra importante iniciativa, a logística reversa avançou com a discussão junto aos setores empresariais, tendo sido estabelecidos Termos de Compromisso de Logística Reversa - TCLR para: medicamentos domiciliares de uso humano vencidos ou em desuso, e suas embalagens (pioneiro no país); embalagens em geral (com representantes da Coalisão Embalagens); embalagens de aerossóis pós-consumo; e baterias chumbo-ácido.

E para a melhoria da gestão de resíduos sólidos foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes - ABETRE e a Green Platforms, empresa especializada em gerenciamento de dados, ferramenta essencial para o exercício das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

Ainda, no papel de Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes para a região da América Latina e Caribe a CETESB, em conjunto com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, promoveu o webinar internacional “Bifenilas Policloradas - PCB e Resíduos Contendo PCB: Abordagem global e Requisitos locais”.

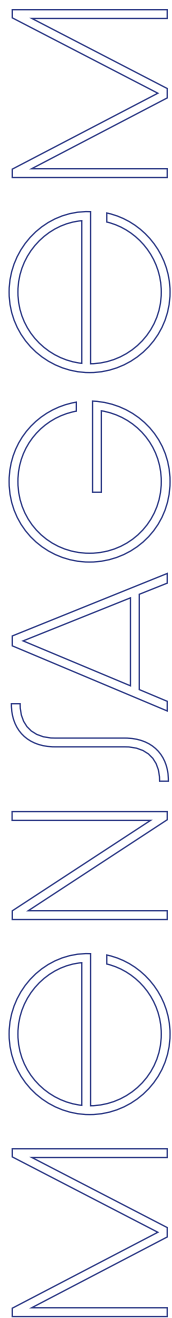
Por fim, é preciso registrar que a formação e a capacitação de seu corpo funcional são focos permanentes da CETESB para atender a pluralidade de temas ambientais. Guiada por essa diretriz e motivada pelo investimento no capital humano, a Escola Superior da CETESB, no período de janeiro a dezembro de 2021, organizou 86 cursos e eventos de capacitação e difusão do conhecimento para um público de 3.674 participantes externos. Incluem-se nos dados as duas turmas do curso de pós-graduação da CETESB, “Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais”, que iniciou uma nova turma em agosto de 2021.

Entretanto, apesar de todas as conquistas, é preciso ir além, impulsionando o desenvolvimento sustentável do nosso Estado e buscando a excelência na gestão ambiental e nos serviços prestados aos(às) usuários(as) e à população em geral.

Dito isso, convido a todos a lerem o relatório de 2021 sobre os principais resultados ambientais, econômicos e de governança, sempre pautados por normativas legais de comunicação e transparência, disponibilizando informações de gestão interna, bem como dados e informações pertinentes ao negócio da Companhia.

Boa leitura!

PATRICIA IGLECIAS
Diretora Presidente



MISSÃO

Promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo

VISÃO

Buscar a excelência na GESTÃO AMBIENTAL e nos serviços prestados aos usuários e à população em geral, aprimorando a atuação da CETESB no campo ambiental e na proteção da saúde pública



VALORES

Ética, legalidade, transparência, eficiência, eficácia, isonomia, imparcialidade, responsabilidade, valorização do capital humano e compromisso com a empresa

ESG NA CETESB

Os princípios do ESG - Environmental, Social and Governance estão presentes na essência da CETESB, na preocupação com a manutenção dos recursos naturais do planeta e construção de um mundo melhor.

Os Fatores Ambientais, Sociais e de Governança integram o Planejamento Estratégico, Missão, Visão e Valores da Companhia.

A CETESB esteve representada na 26ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP26, em Glasgow/ Escócia, onde além de participar de reuniões e discussões técnicas, promoveu um evento paralelo em conjunto com a ADEME - Agência da Transição Ecológica, do Governo da França, com o tema “Acelerando a descarbonização corporativa: sinergias entre os setores público e privado e o futuro das bases regulatórias.”

A gestão de resíduos é uma das prioridades de atuação da CETESB e a implantação de sistemas de logística reversa traz o compromisso e a responsabilidade do setor produtivo para que, de maneira conjunta e equitativa, possa ser determinada a responsabilidade de cada parte envolvida na questão dos resíduos sólidos, com impactos sobre toda a sociedade.

O Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - SIGOR - Módulo Construção Civil tem como objetivo gerenciar as informações referentes aos fluxos de resíduos da construção civil e o Módulo Manifesto de Transporte de Resíduo - MTR tem como finalidade estabelecer a metodologia do Sistema de Manifesto de Resíduos, de forma a subsidiar o controle dos resíduos gerados no estado de São Paulo, desde a sua origem até a destinação final, evitando o seu encaminhamento para locais não licenciados ou não autorizados.

Quanto às questões sociais, destaca-se o quadro de pessoal multidisciplinar e a participação feminina de 46% do total de empregados. A administração da CETESB possui 4 mulheres no Conselho de Administração, com 36% de representatividade, e, pela primeira vez em sua história, uma diretora-presidente, representando 20% de presença feminina na Diretoria Colegiada. Na ocupação dos cargos gerenciais, as mulheres representam 49%. Além disso, em 2021, a CETESB promoveu treinamento em Governança Corporativa e Compliance, extensivo aos empregados de diferentes áreas e das agências ambientais.

Em 2021, a implantação do Programa de Teletrabalho, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais dispositivos vigentes, inicialmente na forma de “piloto”. Esse Programa também contribuiu com o avanço da transformação digital, reduzindo os custos administrativos para a obtenção de melhores resultados (produtividade) e versatilidade do trabalho, propiciando mais qualidade de vida aos empregados.

Foram estabelecidas normas e critérios para promover a diversidade na composição dos eventos a serem realizados na CETESB, de modo que haja diversidade ampla de gênero e etnia. Sem prejuízo da busca permanente de diversidade maior, os eventos realizados em qualquer das dependências da Companhia, devem ter, na composição das mesas de expositores, debatedores, mediadores e oradores em geral, no mínimo 25% dos participantes do gênero feminino.

A empresa conta com um sistema robusto de Governança Corporativa com informações sobre a composição e a atuação dos principais órgãos do sistema de governança, a forma de comunicação com vários públicos, o cumprimento de exigências legais e a conduta nos negócios.



A INSTITUIÇÃO

A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo é a agência do Governo do Estado, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Criada em 24 de julho de 1968, pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações) e nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais).

Possui receitas da ordem de R\$ 493 milhões/ano (Lei Orçamentária Anual - LOA 2021), cerca de 39% de subvenção de custeio do Estado de São Paulo e 61% de recursos próprios, compostos por receitas oriundas do sistema de licenciamento ambiental, da arrecadação de multas ambientais, das taxas de fiscalização ambiental e da prestação de outros serviços. Nos últimos 3 anos, a Companhia tem se empenhado em reduzir o grau de dependência financeira do Governo do Estado.

Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais.

A sede da CETESB está localizada à Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP - PABX: +55 11 3133-3000 - www.cetesb.sp.gov.br, CNPJ 43.776.491/0001-70. Diretor de Gestão Corporativa: Aruntho Savastano Neto, telefone: (11) 3133-3209, e-mail, dira_cetesb@sp.gov.br.

A Companhia está organizada em cinco Diretorias: Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental.

Conta com 46 Agências Ambientais e 19 laboratórios, distribuídos em todo o estado de São Paulo. Os endereços, abrangência e outras informações podem ser obtidos em <https://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/agencias/agencias.asp>

Possui 1.787 empregados, dos quais 815 são mulheres e 972 são homens. Maiores informações sobre a distribuição dos empregados podem ser vistas em “Capital Humano”.

A INSTITUIÇÃO

- Sede Agência Ambiental
- UGRHs: 01 Mantiqueira
- 02 Paraíba do Sul
- 03 Litoral Norte
- 04 Pardo
- 05 Piracicaba/Capivari/Jundiá
- 06 Alto Tietê
- 07 Baixada Santista
- 08 Sapucaí/Grande
- 09 Mogi Guaçu
- 10 Tietê/Sorocaba
- 11 Ribeira de Iguape/Grande
- 12 Baixo Pardo
- 13 Tietê/Jacaré
- 14 Alto Paranapanema
- 15 Turvo/Grande
- 16 Tietê/Batalha
- 17 Médio Paranapanema
- 18 São José dos Dourados
- 19 Baixo Tietê
- 20 Aguapeí
- 21 Peixe
- 22 Pontal do Paranapanema

RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Com relação ao reconhecimento institucional da CETESB, em especial, pelos Organismos Internacionais, em alguns casos, este é demonstrado por meio de nomeações oficiais e, em outros por demandas apresentadas por esses organismos para que a CETESB atue em conjunto ou a seu pedido em situações específicas, principalmente junto aos demais países da América Latina, Caribe e África de Língua Portuguesa.

- Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe
- Principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira - Participação em diversas Comissões e Grupos de Trabalhos como especialista convidada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA
- Centro de Referência para Questões Ambientais da ONU, por meio de suas agências implementadoras, principalmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA
- Membro da Rede HydroPoll - Rede Colaborativa de Pesquisa em Poluição das Águas e Recursos Hídricos
- Membro da PANACEA - Rede Pan-Americana de Epidemiologia Ambiental
- Membro da Rede Latino-Americana de Prevenção e Controle da Contaminação do Solo e das Águas Subterrâneas - RELASC
- Signatária da Declaração Internacional da Produção Mais Limpa do PNUMA
- Participante da Regions4 Sustainable Development

PARCERIAS E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

CENTRO REGIONAL DA CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POPS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Participação na 4ª reunião da Conferência das Partes da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (COP-4.1), que contou com mais de mil participantes de governos e de diferentes organizações, e trouxe importantes discussões sobre programas de capacitação e assistência técnica, científicos, jurídicos, sobre gestão do conhecimento e comunicação e, ainda, sobre a elaboração de relatórios nacionais e indicadores para a avaliação da eficácia da Convenção, instrumento crucial para cumprir o objetivo primordial de proteção à saúde humana e o meio ambiente.

Promoção, em conjunto com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do webinar internacional “Bifenilas Policloradas - PCB e Resíduos Contendo PCB: Abordagem global e Requisitos locais”, com o objetivo de promover a transferência de tecnologia, incrementar as capacidades técnica e legal e a governança dos países da Região da América Latina e do Caribe, para apoiar o cumprimento das metas de PCBs estabelecidas pela Convenção de Estocolmo, de maneira ambientalmente adequada.

COLABORAÇÕES INTERNACIONAIS

Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD com o objetivo de consolidar, desenvolver e intensificar a cooperação e eficácia para alcançar os objetivos e metas comuns em matéria de meio ambiente visando ao desenvolvimento sustentável.

Termo de Cooperação com a Universidade da Coruña - UDC, da Espanha, com foco nas ações de avaliação de impactos ambientais no meio antrópico, tais como, estudos de sustentabilidade socioambiental, comunicação social, comunicação e

percepção de risco ambiental, educação ambiental, pegada ecológica, Agenda 21, atitudes, crenças e valores sociais, bem como o estudo das representações sociais de problemas comunitários.

Memorando de Cooperação com a ADEME - Agência de Transição Ecológica francesa e a Universidade São Paulo - USP, para a troca de informações, conhecimentos e competências em torno da responsabilidade climática corporativa, com foco especificamente na iniciativa francesa voltada à transição para uma economia de baixo carbono, conhecido como Projeto ACT, incluindo capacitações e o desenvolvimento das bases técnicas do Acordo Ambiental São Paulo.

PARCERIAS NACIONAIS

Acordo de Cooperação com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, para o desenvolvimento de projetos conjuntos voltados às áreas de monitoramento ambiental e a avaliação da qualidade das praias nos municípios de Ilhabela e São Sebastião, bem como ao treinamento de recursos humanos das duas instituições.

Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, com o intuito de integrar ações entre os órgãos ambientais, que busquem a sustentabilidade, com o levantamento e a disponibilidade compartilhada de informações sobre fiscalização ambiental e de monitoramento da qualidade do meio ambiente, com ênfase na gestão de resíduos sólidos e logística reversa.

Cooperação Técnica com a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, órgão ambiental do Estado de Sergipe, para a realização de cursos e o compartilhamento de dados do estado de São Paulo no campo ambiental.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

COMPROMISSO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração está permanentemente comprometida com o cumprimento das atribuições legais da Companhia, com a redução do seu grau de dependência financeira do Tesouro Estadual e com o atendimento ao interesse coletivo dentro dos princípios de excelência na gestão, conduta ética e das melhores práticas de governança corporativa.

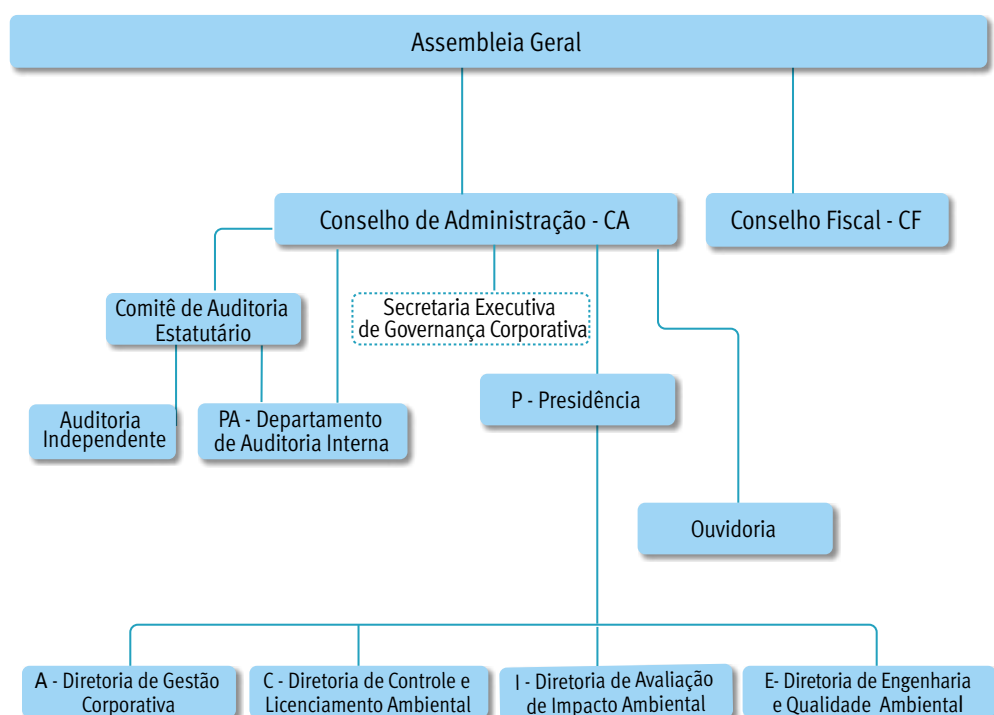
CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CETESB é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e, portanto, divulga a Carta Anual de Governança Corporativa prevista no artigo 8º, inciso I e VIII, da Lei Federal nº 13.303/2016 e consolida neste relatório, as informações relevantes da Companhia referentes ao exercício social de 2021, nos termos do estabelecido no artigo 9º, do Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016.

Ainda, em atendimento à Lei nº 13.303/2016, e seu Estatuto Social, a CETESB adota as melhores práticas de governança corporativa, recomendadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Está pautada com foco na transparência, prestação de contas, equidade das informações e responsabilidade corporativa para todos os interessados e envolvidos, sejam acionistas, órgãos de controle, empreendedores, empregados, fornecedores, prestadores de serviços, clientes e a população em geral. A CETESB fundamenta as suas relações na conduta ética e no compromisso de seguir as melhores práticas e princípios de governança corporativa.

SISTEMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



ASSEMBLEIA GERAL: Instância máxima, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Compete à Assembleia Geral, dentre outros, eleger ou destituir os conselheiros de administração e fiscal, membros do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento. É convocada, instalada e delibera na forma da Lei.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Composto por onze membros, sendo dez membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de dois anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por três reconduções consecutivas, e um membro eleito pelos empregados, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros, vedada a recondução para período sucessivo. As suas atribuições, competências e responsabilidades estão descritas na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, dentre elas a eleição e destituição da Diretoria Colegiada. Conforme exigência estabelecida na Lei nº 13.303/2016, possui 25% de membros independentes. O atual Conselho de Administração é composto por profissionais com larga experiência profissional em diversas áreas, compondo um colegiado comprometido com a melhoria de todos os sistemas da Companhia, seguindo os preceitos das melhores práticas de governança corporativa e excelência na gestão da Companhia. O Conselho se reuniu 17 vezes ao longo do ano, sendo 12 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias.



Composição:

Cláudio Carvalho de Lima - Presidente - mandato de 20.02.2019 até 24.04.2022
 Patrícia Iglecias - Conselheira - mandato de 20.02.2019 até 24.04.2022
 Kelly Lopes Lemes - Conselheira - mandato de 29.04.2020 até 24.04.2022
 Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto - Conselheiro - mandato de 20.05.2019 até 24.04.2022
 Luiz Antonio Carvalho Pacheco - Conselheiro - mandato de 20.05.2019 até 24.04.2022
 Nilton Lagana Júnior - Conselheiro - mandato de 14.10.2020 até 24.04.2022
 Orestes Marraccini Gonçalves - Conselheiro - mandato de 20.02.2019 até 24.04.2022
 Tatiana Pereira Campos - Conselheira Representante dos Empregados - mandato de 17.06.2020 até 24.04.2022
 Susana Hanna Stiphan Jabra - Conselheira Independente - mandato de 23.05.2018 até 24.04.2022
 João Carlos Castilho Garcia - Conselheiro Independente - mandato de 19.12.2018 até 24.04.2022
 Jorge Alberto Soares Tenório - Conselheiro Independente - mandato de 20.05.2019 até 24.04.2022

A representatividade feminina aumentou de 27% para 36%. Além da forte presença feminina no Conselho de Administração, a CETESB, em seus mais de cinquenta anos de existência, tem, na figura da Dra. Patrícia Iglecias, a primeira mulher na presidência da Companhia e, atualmente, a única mulher na presidência de uma empresa cujo controlador é o governo de São Paulo.

SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNANÇA: Assessora os órgãos que integram o sistema de governança corporativa da Companhia, tais como: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal, para o andamento das atividades quanto à elaboração de pautas e atas de reuniões, convocação e condução das assembleias gerais, contribuição aos processos de elaboração do Relatório Anual, assessoramento na elaboração e distribuição dos materiais para as reuniões dos órgãos, posse e desligamento dos

membros dos conselhos e comitês, entre outras relacionadas ao funcionamento do sistema de governança corporativa da Companhia.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO: Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, cujas atribuições estão definidas na Lei nº 13.303/2016 e no Estatuto Social da Companhia. Tem por função principal assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à supervisão dos processos vinculados à elaboração das demonstrações financeiras, à auditoria interna e independente, aos controles internos, à exposição aos riscos, ao canal de denúncias e fraudes, dentre outras atribuições, visando proteger os interesses dos acionistas e de outras partes interessadas. Possui um Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Em 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário reuniu-se 20 vezes através de videoconferência. É composto por três membros independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo e é coordenado por um Conselheiro de Administração Independente, sendo que ao menos um dos seus membros deve possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Composição:

Susana Hanna Stiphan Jabra - Coordenadora - início do mandato em 26.06.2018

Ruy Martins Altenfelder da Silva - Membro - início do mandato em 26.06.2018

Afonso Antonio Hennel - Membro - início do mandato em 15.05.2019

CONSELHO FISCAL: A Companhia possui um Conselho Fiscal permanente, com suas competências, responsabilidades e atribuições previstas nas Leis nº 6.404/1976 e suas alterações e nº 13.303/2016. Como determina a Lei, é o órgão fiscalizador da Administração. O Conselho Fiscal da CETESB é composto por cinco membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia

Geral Ordinária, permitidas duas reconduções consecutivas. Em 2021 foram realizadas 12 reuniões.

Composição em 31.12.2021:

Titulares

Heloísa Maria de Salles Penteado Proença - mandato de 14/06/2019 até 24/04/2022

José Valter da Silva Júnior - mandato de 24/04/2019 até 24/04/2022

Mauro Ricardo Machado Costa - mandato de 26/04/2021 até 24/04/2022

Regina Romero e Pinheiro - mandato de 26/04/2021 até 24/04/2022

Roberto Yoshikazu Yamazaki - mandato de 24/04/2019 até 24/04/2022

Suplentes

Edson Tomaz de Lima Filho - mandato de 24/04/2020 até 24/04/2022

Eduardo Soares de Carmargo - mandato de 26/04/2021 até 24/04/2022

João Carlos Gonçalves da Silva - mandato de 26/04/2021 até 24/04/2022

Leonardo Maurício Colombini Lima - mandato de 26/04/2021 até 24/04/2022

Márcio Cury Abumussi - mandato de 26/04/2021 até 24/04/2022

AUDITORIA INTERNA: Vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, regida pela legislação e regulamentação aplicável, com a responsabilidade de aferir a adequação dos controles internos, a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, e o registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

DIRETORIA COLEGIADA: Composta por cinco membros estatutários, com as respectivas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas no Estatuto Social, todos com mandato unificado de dois anos, permitidas três recondu-

ções consecutivas. É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela Companhia. Em 2021 foram realizadas 28 reuniões, sendo 23 ordinárias e 5 extraordinárias.

Composição em 31.12.2021:

Patrícia Iglecias - Diretora-Presidente

Aruntho Savastano Neto - Diretor de Gestão Corporativa com atribuições financeiras - a partir de 17.11.2021

Glauccio Attorre Penna - Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental - a partir de 06.04.2021

Domenico Tremaroli - Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental

Carlos Roberto dos Santos - Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 2021, em cumprimento ao estabelecido no artigo 9º, da Deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC nº 04, de 29.11.2019, os membros do Conselho de Administração - CA, e os membros da Diretoria Colegiada foram avaliados individualmente e de forma coletiva, seguindo a metodologia estabelecida na própria Deliberação, que contemplou dimensões de gestão, resultados e conhecimento técnico, enquanto órgão colegiado e individual.

Os formulários foram ampliados de acordo com a especificidade da CETESB, com a inclusão da di-

mensão interação das diretorias individualmente com o Conselho de Administração, especificamente para a avaliação dos diretores, tendo sido a mesma aprovada em deliberação circunstanciada do Conselho de Administração.

O processo de avaliação foi realizado internamente, com a distribuição dos formulários aos membros, o acompanhamento do preenchimento, a tabulação dos resultados, finalizando com a análise dos mesmos a fim de melhorar os processos decisórios do Conselho.

REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

A remuneração de diretores e membros de Conselho de Administração e Fiscal e de Comitês obedece à Deliberação CODEC nº 1, de 16 de março de 2018, que dispõe sobre as normas gerais para a fixação de remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, a serem observadas pelas empresas nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente, alterada pela Deliberação CODEC nº 1, de 29 de abril de 2019.

Tal remuneração, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica “Remuneração de Órgãos Estatutários”, no Balanço do exercício, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas”.

	Valores (R\$mil)		Número de Membros	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Conselho de Administração	856	827	11	11
Comitê de Auditoria Estatutário	419	419	3	3
Conselho Fiscal	285	285	5	5
Diretoria Colegiada	1.430	1.463	5	5
Total	2.990	2.994	24	24

Notas:

1. Na composição do Conselho de Administração foi observada a exigência mínima de 25% de Conselheiros Independentes
2. Um dos conselheiros independentes é a coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário, onde foi registrada sua remuneração, porém foi considerado no número de membros, tanto no Conselho de Administração como no Comitê de Auditoria Estatutário.

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano. Conforme estatuto da Companhia e a Lei nº 13.303/2016, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um representante dos empregados.

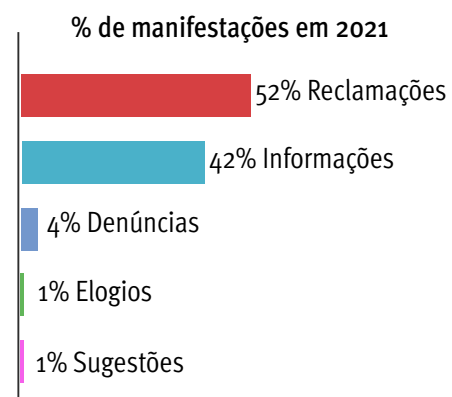
AUDITORIA INDEPENDENTE: Por exigência legal, a CETESB é auditada por auditores independentes. O contrato com a RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S tem como escopo a prestação de serviços de Auditoria Independente para exame das Demonstrações Contábeis, do Relatório da Administração e de Sustentabilidade do exercício de 2021, incluindo revisão limitada das demonstrações Contábeis dos 1º, 2º e 3º trimestres do respectivo exercício, revisão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF de cada exercício, revisão geral do controle interno e revisão do controle interno (Tecnologia da Informação).

DIVISÃO DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS: Em 2021, iniciou-se a revisão do Código de Conduta e Integridade e a elaboração da Política de Transações com Partes Relacionadas, da Política de Privacidade e da Política de Segurança da Informação, sendo que as políticas foram finalizadas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram promovidos os treinamentos de aprimoramento da Governança Corporativa para os administradores - conselheiros de administração e diretores - conselheiros fiscais, membros do Comitê de Auditoria Estatutário e para o corpo gerencial da CETESB, o treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade para os prestadores de serviços, estagiários e aprendizes e, também, orientações aos empregados e gerentes de Agências a respeito da qualidade de atendimento.

OUIDORIA: A Ouvidoria da CETESB, criada em julho de 1999, tem por objetivo atender o usuário-cidadão nas reclamações, denúncias, sugestões, pedidos de informações e elogios acerca dos serviços prestados pela Companhia. Orienta-se que a consulta seja realizada, primeiramente, ao Fale Conosco ou à Agência Ambiental mais próxima da região (município), apresentando o problema existente. Caso a demanda não seja atendida nos canais de atendimento primário, o cidadão pode contatar a Ouvidoria, que atua, preferencialmente, em segunda instância, pelo Sistema de Relacionamento com o Cidadão - SRC (<https://cetesb.sp.gov.br/src>), e-mail, telefone ou carta.

As demandas são classificadas e encaminhadas às áreas responsáveis, gerando número de protocolo para acompanhamento pelo usuário. Esgotadas as diligências internas, são respondidas aos interessados, dentro do prazo legal de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10, nos termos do art. 20, caput e §2º, do Decreto Estadual nº 60.399/2014.

Em 2021, foram recebidas 3.569 manifestações, das quais 97,28% foram atendidas, sendo: 1.858 reclamações, 1.492 pedidos de informações, 155 denúncias, 42 elogios e 22 sugestões.



COMPLIANCE

Em consonância com as determinações previstas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto Estadual nº 62.349/2016 e no seu Estatuto Social e, ainda, diante de seu compromisso com a transparência, a ética e as boas práticas de governança corporativa, a CETESB implantou em 2019 o seu Programa de Integridade, e continuou o seu aprimoramento ao longo do ano de 2021. Por meio dele, elenca as principais diretrizes a serem seguidas por toda a Companhia em prol de excelência, eficiência, integridade e combate à corrupção, bem como do respeito aos princípios e às normas previstos no seu Código de Conduta e Integridade.

O Programa de Integridade abrange um ciclo contínuo de desenvolvimento e execução:



CANAL DE DENÚNCIAS

O Canal de denúncias da CETESB está disponível para todo empregado da Companhia, bem como, para qualquer cidadão que deseja realizar denúncias, anônimas ou não, sobre desvio de condutas praticado pelos empregados da CETESB, podendo relatar possíveis situações de fraude, corrupção, desvio, conflitos de interesses, improbidade administrativa, assédio moral, assédio sexual, além de infrações às normas e procedimentos relativos ao Código de Conduta e Integridade da Companhia. O anonimato e a confidencialidade das denúncias são assegurados, além da não retaliação ao denunciante. O canal está disponível, 24 horas por dia, e o denunciante pode acompanhar o andamento da denúncia por meio de protocolo e senha individual, o que dá transparência ao processo e garante o atendimento e a apuração de todos os casos recebidos.

As denúncias são recebidas pela Ouvidoria, que no caso de situações que necessitem complementação ou esclarecimentos, por ausência de indícios suficientes para apuração, solicita ao denunciante a complementação das informações. Nos casos de procedência da denúncia é realizado um trabalho no sentido de instituir ações de melhorias, minimizando os riscos de novas irregularidades, portanto, são adotadas medidas educativas, além de punitivas, aplicadas com base legal, seguindo critérios de intencionalidade e os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, de acordo com a gravidade de cada caso.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 15 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, onde são determinados os critérios, procedimentos e diretrizes a serem observados pela CETESB no estabelecimento de relações jurídicas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico nº 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Lei Federal nº 6.404/1976 e a Lei Federal nº 13.303/2016, bem como, com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

Em observância a Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 05 (R3), a Companhia informa periodicamente a existência de transações com partes relacionadas, com Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo.

Detalhes podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 20 do Balanço Patrimonial de 2021 em: <https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/>.

DOCUMENTOS RESULTANTES DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA

Além do cumprimento das disposições das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, das normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações, a CETESB cumpre o disposto nos seguintes documentos:

- Estatuto Social da Companhia
- Regimento Interno do Conselho de Administração
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário
- Regulamento de Eleição do Representante dos Empregados para compor o Conselho de Administração
- Atas das reuniões do Conselho de Administração
- Atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário
- Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário
- Atas das reuniões do Conselho Fiscal
- Código de Conduta e Integridade
- Canal de Denúncias
- Comitê de Ética
- Regimento Interno do Comitê de Ética
- Regulamento de Licitações e Contratos
- Plano de Negócios 2021 e da Análise de Riscos e Oportunidades para o período 2021 a 2025
- Política de divulgação de informações e de porta-vozes
- Política de Transações com Partes Relacionadas
- Política de Privacidade
- Política de Segurança da Informação.

EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2021

O Comitê de Auditoria da CETESB é um órgão estatutário, de assessoramento ao Conselho de Administração, regido pela Lei nº. 13.303 de 30 de junho de 2016, pelo Estatuto Social da CETESB e pelo seu Regimento Interno.

Formado por três membros eleitos pelo CODEC - SF - Parecer Nº.079/2018, de 18 de junho de 2018, sendo o seu coordenador, um conselheiro de administração independente como determina a Lei 13.303/16.

Em 2021, o Comitê de Auditoria da CETESB reuniu-se 20 (vinte) vezes através de videoconferência devido a pandemia do Coronavírus/Covid 19, além de diversas interações dos membros por telefone e videochamadas para tratar de temas mais urgentes. Os assuntos analisados foram aqueles que exigiam mais atenção e brevidade para análise e solução, além de uma agenda ordinária estabelecida de acordo com as responsabilidades legais e estatutárias do CoAud.

Os trabalhos do CoAud foram registrados em atas e as suas conclusões apresentadas aos conselheiros de administração. As atas encontram-se arquivadas na sede da CETESB sob a responsabilidade da Secretaria do Conselho de Administração e na área de acesso aos membros do CA, na rede da Companhia. Todo o material de análise e anexos às atas tiveram o mesmo tratamento.

São Paulo, 09 de março de 2022.

SUSANA HANNA STIPHAN JABRA
Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê

RUY MARTINS ALTENFELDER DA SILVA
Membro

AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

2024
2023
2022
2021
2019

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

A CETESB está alinhada ao Planejamento Estratégico, ao Plano de Negócios 2022 e à Análise de Riscos e Oportunidades 2022-2026 aprovados pelo Conselho de Administração em novembro de 2021 e ao Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período 2020-2023, instituído pelo Governo, com o programa “Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental”, além de participar dos programas vinculados à SIMA, “Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade de Vida”, “Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental” e “Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo”.

A MISSÃO, VISÃO e VALORES da CETESB estão descritos no tema ESG e encontram-se disponíveis no sítio eletrônico.

COMPROMISSOS E METAS



Dinamização e modernização das atividades da CETESB



Gestão com foco na eficiência do processo de licenciamento ambiental



Compliance para os públicos externo e interno



Troca de experiências e conhecimentos, além de novas parcerias com o setor empresarial



Great Place to Work: mais produtividade e melhor atendimento



COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a continuidade da consecução dos objetivos das Políticas Públicas, em consonância com a Lei nº 17.262, de 09 de abril de 2020, que aprovou o Plano Plurianual para o período 2020-2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Negócios 2022 e a Estratégia de Longo Prazo 2022-2026 (<https://cetesb.sp.gov.br/acompanhe-nossa-gestao/>), considerando a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022 nº 17.387, de 22.07.2021 e a Lei Orçamentária Anual - LOA nº 17.498, de 29.12.2021 para o exercício de 2022.

PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2022

De acordo com a Lei Estadual nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2022, o montante de recursos previstos para a CETESB é da ordem de R\$ 532 milhões, conforme segue:

Fonte de Recursos	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	TOTAL
TESOURO	173.465	9.362	800	183.627
PRÓPRIOS	194.174	94.809	12.000	300.983
VINCULADOS	20.356	27.913		48.269
TOTAIS	387.995	132.084	12.800	532.879

Valores em R\$ mil

ESTRATÉGIA 2022-2026

A CETESB estabeleceu, prioritariamente, os seguintes eixos para sua atuação, em consonância com as diretrizes estratégicas do Governo do Estado de São Paulo e baseados nos cinco pilares definidos pela administração: Inovação e Novas Tecnologias, Licenciamento e Eficiência, Boas Práticas, CETESB de Portas Abertas e Melhor Ambiente de Trabalho.

EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Há mais de uma década, a Companhia desenvolve esforços no sentido de aumentar os ingressos de receitas próprias e, com isso, reduzir seu grau de dependência dos recursos aportados pelo Tesouro. O grau de dependência que, no passado, era próximo de 90% foi gradativamente reduzido e, em 2022, se buscará atingir patamares de 35%.

Entretanto, a redução da dependência do Tesouro não pode prejudicar o planejamento e os investimentos para a manutenção e a modernização da Companhia.

Por outro lado, os esforços para aumento dos recursos próprios, de forma isolada, não se mostram

suficientes para o alcance de equilíbrio financeiro. Há que se manter o controle de gastos para a contenção e redução de despesas. Nesses últimos anos, por conta da crise financeira do país agravada pela pandemia da COVID-19, a Companhia se viu na contingência de implantar medidas rigorosas, principalmente em relação aos seus gastos com pessoal e encargos sociais, que representam cerca de 84% dos desembolsos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A CETESB tem consciência de que o cumprimento de sua missão institucional somente trará ganhos realmente positivos para a sociedade se estiver alinhada às práticas de sustentabilidade. Nesse sentido, vem definindo ações e estratégias que buscam priorizar a qualidade e o respeito ao meio ambiente, criando condições para a redução do uso dos recursos naturais e estimulando a cultura do consumo consciente.

Os ODS, adotados pela Organização das Nações Unidas, em 2015, abarcam temas correlatos, como erradicação da pobreza em todas as suas formas, reconhecendo que a questão não é puramente am-

biental, mas um grande desafio global no avanço do desenvolvimento sustentável. Ciente de seu papel como agente indutor na inclusão dos ODS no estado de São Paulo, a CETESB promove ampla divulgação, por meio da Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas e da assinatura de Protocolos de Intenções sobre o Programa ODS, que amplia o comprometimento do setor produtivo na adoção de práticas sustentáveis de produção e de consumo responsáveis, a fim de reduzir os impactos ambientais decorrentes dos processos produtivos.

Considerando a importância do Estado em conhecer a emissão de gases causadores de efeito estufa pelas atividades industriais instaladas no seu território, a CETESB, levando em conta o marco legal criado pela Política Estadual de Mudanças Climáticas, efetua a gestão GEE no estado. A promoção do Acordo Ambiental São Paulo incentiva a elaboração de inventário e a redução de GEE, ampliando o rol de empresas que inventariam suas emissões.

INOVAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

A fim de manter bom desempenho, eficiência técnica e gerencial, é necessário que se faça a modernização de Sistemas de Informação para controle das demandas de licenciamento e aumento da interação com o modelo de gestão para apoio às decisões gerenciais, bem como modernizar as ferramentas da gestão do conhecimento, para ampliar o alcance das ações de capacitação e difusão do conhecimento ambiental.

Além disso, a disponibilização dos sistemas por meio de aplicativos para dispositivos móveis estreita a comunicação do cidadão com a CETESB, diminuindo o tempo de resposta das atividades solicitadas e propiciando transparência de dados.

Ainda assim, para garantias de disponibilidade e contingenciamento dos sistemas, o planejamento

de Tecnologia da Informação da CETESB tem como objetivo a migração do processamento tecnológico do Data Center para ambientes computacionais fora das dependências da instituição - armazenamento externo (nuvem). Esta estratégia, além de conciliada com boas práticas de mercado, traz benefícios como a economicidade na sustentação dos equipamentos de hardware e redução da carga de ferramentas de proteção de dados.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL VOLTADO PARA A EFICIÊNCIA

O Licenciamento Ambiental no estado de São Paulo consiste em um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31.08.1981, envolvendo os órgãos estaduais e municipais atuantes e as ferramentas por eles disponibilizadas aos usuários. É um mecanismo de compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente, impedindo e controlando os impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas.

O Licenciamento Ambiental voltado para a Eficiência, passa pela agilidade e lisura na emissão de licenças ambientais. Dentro desse foco, destaca-se a melhoria contínua da eficiência, tanto na redução do tempo de atendimento, quanto no incremento na qualidade das análises dos pedidos de licenças ambientais. Dessa forma pretende-se tornar o licenciamento mais eficiente administrativa e tecnicamente, além de fomentar a adoção de boas práticas ambientais por parte dos empreendedores.

Neste sentido, com o conceito de melhoria contínua, faz-se necessário avaliar os procedimentos e as condicionantes dos processos, sistemas de logística reversa, os Estudos Ambientais exigidos e outros, com o objetivo de simplificar e dar celeridade às solicitações de licenciamento ambiental.

MONITORAMENTO AMBIENTAL

O monitoramento ambiental sempre foi realizado pela CETESB e permite um diagnóstico amplo e o acompanhamento da evolução da qualidade do meio ambiente no Estado, identificando vulnerabilidades e áreas prioritárias de atuação. Diversas redes de monitoramento ambiental são operadas, avaliando a qualidade do ar, das águas superficiais e subterrâneas e também das praias e águas costeiras.

Os dados gerados são consolidados em relatórios, importantes instrumentos de gestão ambiental, publicados anualmente pela CETESB. Esses relatórios também incluem comparação com limites legais, desconformidades, evolução do comportamento dos poluentes, tendências históricas dos indicadores de qualidade ambiental, entre outros. Desempenham um papel fundamental para o balizamento e adoção de ações de controle e de políticas públicas visando à melhoria do meio ambiente, da qualidade de vida e da saúde da população.

Visando ao aprimoramento desse diagnóstico da qualidade ambiental, as redes de monitoramento da CETESB estão sempre em evolução, seja pelo aumento da abrangência de áreas monitoradas, como pela introdução de novas ferramentas analíticas que permitem medir poluentes e contaminantes emergentes, incrementando as atividades laboratoriais oferecidas. A automação dos ensaios de micronúcleos para avaliação de mutagenicidade, a medição de gadolínio como rastreador de poluentes emergentes e a medição da Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 - SARS-CoV-2, como sentinela da evolução da epidemiologia da

COVID-19, são ampliações contempladas no monitoramento ambiental.

A adequação, a atualização tecnológica e a unificação das ferramentas de suporte técnico, somadas à modernização da infraestrutura física (hardwares) e das bases de dados da CETESB, visam integrar, racionalizar e otimizar os fluxos de informações, procedimentos operacionais e sistemas com a criação de um ambiente único para o tema de qualidade das águas, propiciando maior facilidade e agilidade na produção e obtenção de informações que subsidiam o planejamento e a gestão de recursos hídricos no Estado de São Paulo.

DIFUSÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL

A CETESB, como empresa de capital intelectual, considera que o conhecimento é a base para prevenir e solucionar problemas ambientais, com a finalidade de promover e preservar a qualidade do meio ambiente e a saúde pública, como um requisito essencial para o desenvolvimento sustentável. O capital humano é seu maior patrimônio e sua atualização requer um esforço continuado de formação e aperfeiçoamento, para manter a empresa na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico e incentivar sua capacidade de inovação.

Ademais, a difusão do conhecimento é importante para melhorar o desempenho das instituições e dos profissionais em suas relações com o meio ambiente, bem como, para fortalecer políticas públicas ambientais.

GESTÃO



GESTÃO

GESTÃO DE FORNECEDORES

Para suprir as necessidades da Companhia, toda compra de materiais, serviço ou obra, independente da origem dos recursos financeiros e/ou orçamentários, é executada de acordo com as disposições das Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 13.303/2016 e a legislação de comércio exterior, nos casos de importação e demais legislações aplicáveis.

O processo de seleção de fornecedores se dá mediante convite da CETESB ou solicitação espontânea do fornecedor para sua inserção no Cadastro de Fornecedores da CETESB e/ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP - Bolsa Eletrônica de Compras - BEC. O cadastramento é realizado por grupo de atividade, de acordo com sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, e requer a apresentação de documentação que ateste sua situação regular com relação às questões fiscais, tributárias e trabalhistas. O segundo filtro de seleção se dá mediante exigências de habilitação técnica, quando tratar-se de fornecimento de produtos ou serviços que exijam qualificações específicas.

São aplicadas sanções administrativas aos fornecedores que incorrerem em inexecuções de cláusulas contratuais, conforme previsto nas Leis nº 10.520/2002 e nº 13.303/2016.

A CETESB concede preferência para a contratação de micros e empresas de pequeno porte, em suas licitações, atendendo integralmente os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006.

- Fornecedores contratados por meio licitação, dispensa e contratação direta: 553 fornecedores
- Total contratado por meio de licitação, dispensa e contratação direta e aditivos: R\$ 111,9 milhões
- Quantidade estimada de fornecedores da companhia: 14.566 ativos no cadastro da CETESB

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CETESB tem como foco o investimento contínuo em soluções tecnológicas por entender que este processo é determinante no avanço da produtividade na Companhia.

Além da digitalização de serviços, iniciou o desenvolvimento do novo Portal do Licenciamento Ambiental “e-CETESB”, que concilia as novas tecnologias do mercado às regras de negócios do licenciamento e propiciará uma gestão completa das solicitações de licenças ambientais.

Todo esse processo de melhoria contínua tem caminhado em conjunto com a modernização dos sistemas de segurança, visando evitar violações de dados e minimizar os riscos de indisponibilidade dos nossos serviços.

GESTÃO DE CUSTOS

Em cenários como os de 2020 e 2021, se destacam entidades que utilizam metodologias e ferramentas voltadas à otimização do gasto do dinheiro público e à gestão de custos. Diretriz da administração da Companhia, a redução da dependência de recursos do Tesouro norteou ações como a repactuação de contratos de serviços, redução de despesas, e a verificação trimestral do planejamento dos desembolsos. Assim, a CETESB vem conseguindo cumprir estes objetivos obtendo total de gastos equivalentes aos patamares de 2016.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos constitui uma dimensão fundamental do Programa de Integridade da CETESB, estabelecendo diretrizes com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

ESCOLA SUPERIOR DA CETESB

As ações de capacitação estão previstas nas atribuições da CETESB e, com o objetivo de fortalecer ainda mais essa atividade, foi criada em 2013 a Escola Superior da CETESB - ESC. Transferir conhecimentos para a sociedade é importante, pois a construção do desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos e requer informações e habilidades.

Oferece uma extensa lista de cursos para público externo, além de atuar em parceria com entidades públicas e privadas, para melhorar o desempenho de profissionais em sua relação com o meio ambiente e fortalecer políticas públicas ambientais.

BIBLIOTECA

Fundada em 1968, juntamente com a criação do Centro Tecnológico de Saneamento Básico, atual CETESB, a Biblioteca Prof. Dr. Lucas Nogueira Garcez, dispõe de um acervo técnico especializado na área de meio ambiente e ciências afins. Em 2021, foram atendidos 1.015 usuários presenciais, 4.066 solicitações à distância, 1.071 empréstimos e consultas de documentos, e efetuadas 68.911 pesquisas no portal online.

A disseminação permanente da cultura de integridade por meio de treinamentos e da comunicação é essencial para a efetividade do Programa de Integridade da CETESB, que estabelece diretrizes de trabalho em prol do combate à corrupção, detecção de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos. Em 2021, a CETESB promoveu a capacitação dos empregados responsáveis diretamente pela gestão de riscos, com o objetivo de aperfeiçoar as estratégias e práticas adotadas pela Companhia. No dia internacional contra a corrupção foi divulgado comunicado a todos os empregados, ressaltando a importância da adoção de medidas de combate a todas as formas de corrupção.

GESTÃO DE RELACIONAMENTOS

As Câmaras Ambientais do estado de São Paulo são fóruns colegiados, constituídas no âmbito da CETESB, desde 1995, e são compostas por representantes da Companhia e das entidades vinculadas aos setores produtivos e de infraestrutura do estado de São Paulo. Apresentam como meta promover a melhoria da qualidade ambiental por meio da interação entre o poder público e os setores envolvidos.



DESEMPENHO DOS CAPITAIS

DESEMPENHO DOS CAPITAIS

CAPITAL FINANCEIRO

A principal diretriz do Conselho de Administração para a gestão financeira é a redução da dependência de subvenção do Tesouro do Estado, visando aumentar os ingressos de receitas próprias na Companhia. Nesse âmbito, a CETESB realizou com sucesso operações estruturadas por uma célula de inteligência criada com o intuito de promover gestão e boas práticas relacionadas ao licenciamento ambiental, contribuindo ativamente para o atingimento da marca histórica de R\$ 430 milhões na arrecadação de receitas próprias. Outras ações como o fluxo automático de cobrança de multas, que diminui o tempo entre o vencimento e as ações de cobrança, permitiram fortalecer o caixa da Companhia, o que foi providencial em um ano de pandemia e cenário econômico desafiador.

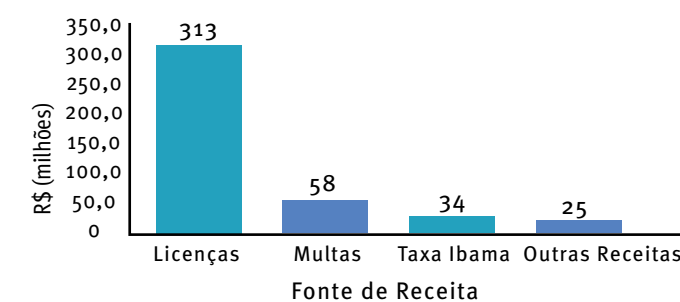
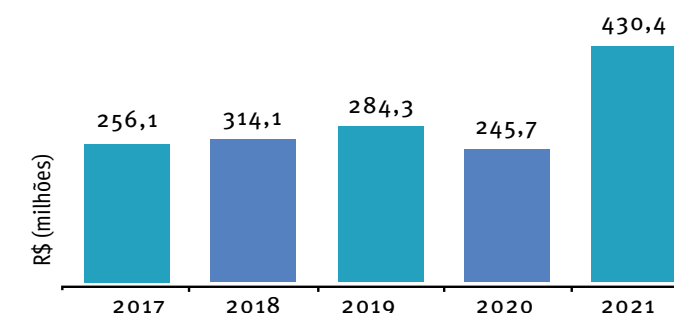
Concomitante aos esforços envidados ao aumento de arrecadação, diferentes práticas de racionalização e contenção de despesas foram desencadeadas no biênio 2020-2021, proporcionando uma economia total estimada de R\$ 140 milhões.

RECEITA PRÓPRIA

No exercício de 2021 a CETESB atingiu a marca histórica de R\$ 430,4 milhões na arrecadação de receitas próprias, aumento de 75% em comparação com 2020.

Do total da receita própria em 2021, 73% foram obtidos por meio das atividades de licenciamento, 63,2% superior a 2018, até então o exercício com a maior arrecadação nessa atividade. As autuações ambientais corresponderam a 13%, seguidas pela Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - IBAMA, 8%, e as receitas provenientes de análises laboratoriais, cursos de treinamentos e capacitações, prestação de serviços como agente técnico e serviços para concessão de Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVM, com 6%.

Informações completas podem ser vistas em “Desempenho Contábil”.



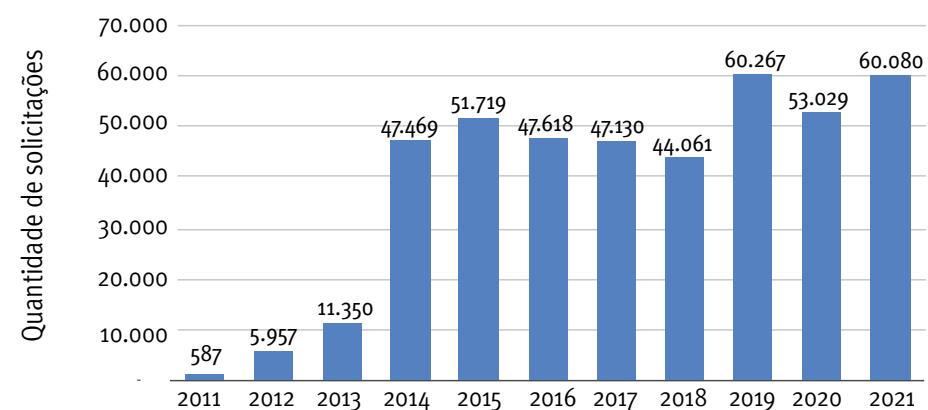
CAPITAL MANUFATURADO - RESULTADOS

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A CETESB exerce, por delegação do Governo do estado de São Paulo, o papel de coordenar e realizar os trabalhos técnicos de licenciamento e fiscalização, associados ao controle ambiental de empreendimentos e proteção dos recursos naturais e de mananciais.

Foram analisadas 60.080 solicitações de documentos, com uma média de 221 documentos por dia útil, o que representa um aumento de 13% em relação ao exercício anterior. O prazo de atendimento das solicitações de licenciamento abertas em 2021, foi de 66 dias, em média.

Indicadores do Licenciamento - Evolução Histórica



O licenciamento ambiental de empreendimentos sujeitos à avaliação de impacto ambiental - AIA contribuiu em aproximadamente R\$ 8,8 milhões nas receitas próprias da CETESB. Sob este aspecto, a CETESB atua como agente passivo e, portanto, se houvesse um cenário econômico mais favorável, essa receita poderia ser maior.

EMPREENHIMENTOS DE GRANDE PORTE ANALISADOS EM 2021

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO R\$
TRANSPORTE NÃO RODOVIÁRIO	TERMINAIS RODOVIÁRIOS, FERROVIAS, HIDROVIAS MONOTRILHO E METRÔ	60.000.000,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	IMPLANTAÇÃO E DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS E CONSTRUÇÃO DE PONTES	837.192.435,84
EMPREENHIMENTOS DE ENERGIA	USINAS TERMELÉTRICAS, LINHAS DE TRANSMISSÃO E GASODUTOS	1.258.923.948,69
OBRAS HIDRÁULICAS	BARRAGENS E RESERVATÓRIOS	31.300.000,00
OUTRAS TIPOLOGIAS	ATERROS SANITÁRIOS, MINERAÇÃO, PARCELAMENTO DE SOLO ENTRE OUTRAS	3.923.622.124,09
TOTAL		6.111.038.508,62

Ainda em relação aos aspectos financeiros estima-se que o licenciamento com AIA viabilizou investimentos no Estado na ordem de R\$ 6,1 bilhões, com a concessão de 141 licenças. Esses investimentos em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos se refletem na melhoria das condições de vida para a população, na dinamização da economia e na oferta de empregos.

Em decorrência da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, o licenciamento de empreendimentos com Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA foram responsáveis pela captação de valores na ordem de R\$ 2,2 milhões em compensações ambientais.

Foram emitidos/executados:

- 211 pareceres de análise de Consulta Prévia, para definição do tipo de estudos necessários ao licenciamento ambiental: Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, Relatório Ambiental Preliminar - RAP e Estudo Ambiental Simplificado - EAS, ou ainda o licenciamento de rito ordinário nas agências ambientais;
- 56 Autorizações de Supressão de Vegetação - ASV, equivalentes ao corte de 24,6 mil indivíduos arbóreos isolados e supressão de vegetação nativa e intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, de 491,99 ha.
- Em contrapartida, a título de compensação ambiental, foram comprometidas, a averbação de 9,48 ha como Área Verde, 119,68 ha como Reserva Legal de Compensação ("Mata em Pé") e foram firmados 44 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA para um total de 647,02 ha para restauração. Também, em 2021, foram considerados cumpridos, 17 TCRA, o que totalizou 416,41 ha de áreas que foram restauradas.
- 448 inspeções e vistorias técnicas aos empreendimentos em licenciamento no Estado.
- 527 reuniões com os interessados a fim de elucidar dúvidas e passar instruções, tanto quanto ao processo de licenciamento ambiental, quanto sobre o conteúdo e qualidade dos estudos a serem apresentados.
- 1.511 pareceres e informações técnicas de assessoria técnica especializada para apoio nas emissões de licenças de fontes de poluição.
- 137 pareceres e informações técnicas ao Ministério Público - MP.

A partir da publicação da Resolução CONAMA 1/86, os Estudos de Análise de Risco passaram a ser incorporados no processo de licenciamento ambiental, para determinados tipos de empreendimentos, de forma que, além dos aspectos relacionados com a poluição crônica, também a prevenção de acidentes maiores foi contemplada.

Dessa forma, ao longo dos últimos trinta anos, a CETESB utiliza a ferramenta de análise de riscos como apoio ao processo de decisão durante a análise de licenças ambientais. O caráter preventivo da ferramenta possibilita o diagnóstico, a avaliação e a redução do risco imposto ao meio ambiente e ao homem, por meio de medidas de mitigação e de gerenciamento. Neste contexto, foram emitidos, em 2021, 547 Pareceres Técnicos de Análise de Riscos Tecnológicos e realizadas 122 vistorias.

e-CENÁRIOS

O Geoportal e-Cenários armazena e permite o compartilhamento de informações geradas nos estudos ambientais para subsidiar os trabalhos de avaliação ambiental e a tomada de decisão no licenciamento. A possibilidade de convergência de informações georreferenciadas, agregando informações ambientais de outros sistemas da CETESB, propicia análises integradas e estratégicas de projetos, planos e programas, como também, serve de apoio para a elaboração de normas e políticas voltadas ao aprimoramento da gestão ambiental do Estado.

Ao final de 2021, o Geoportal apresentava cadastrados 2.379 empreendimentos licenciados com AIA, 11.956 empreendimentos licenciados nas Agências Ambientais da CETESB e 2.112 tabelas contendo informações de caracterização dos empreendimentos e indicadores ambientais, tais como, mão de obra contratada, área de supressão, área de compensação florestal, entre outros.

TERMOS DE COMPROMISSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - TCRA

Os TCRA compreendem as medidas de compensação e mitigação exigidas quando da emissão de autorizações para supressão de vegetação ou intervenção em Área de Preservação Permanente - APP.

Em 2021, foram:

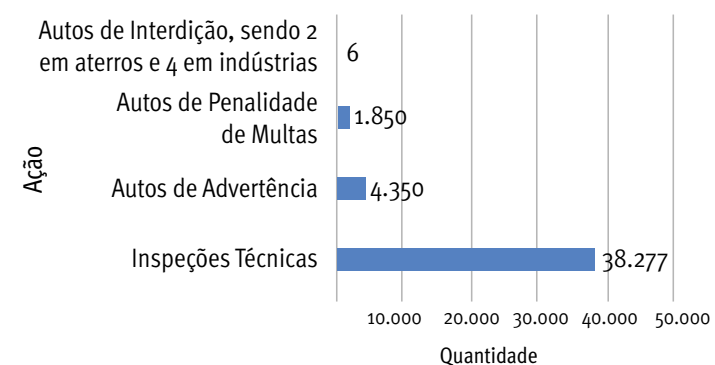
- 80 TCRA com mais de 5.000 mudas avaliados;
- 63 TCRA cumpridos que representam cerca de 972.799 mudas;
- 12 TCRA arquivados;
- 2 TCRA continuaram em outros processos.

FISCALIZAÇÃO

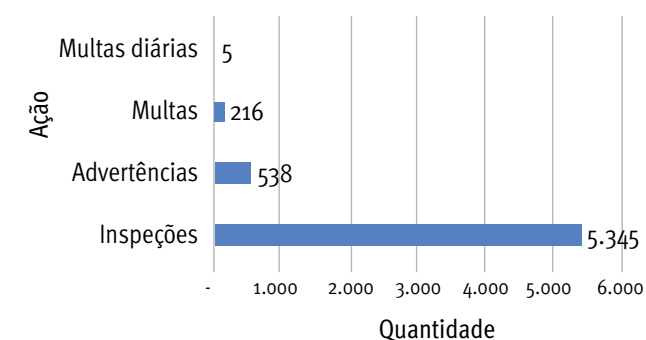
Na realização da atividade de fiscalização, a CETESB exerce o poder de polícia delegado, conforme Lei nº 118/1973, alterada pela Lei nº 13.542/2009 e quando constatadas infrações ambientais tipificadas na legislação, a Companhia lavra multa ambiental pecuniária.

Os gráficos a seguir, apresentam os números de fiscalizações de Fontes Fixas e, de forma diferenciada os postos de combustíveis, para a verificação de cumprimento das condições estabelecidas nas licenças.

Fiscalização de Fontes Fixas



Fiscalização de Postos de Combustíveis



MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL

Permite um diagnóstico amplo, identificando vulnerabilidades e áreas prioritárias de atuação, norteia e subsidia o desenvolvimento dos programas e ações de controle, incluindo o licenciamento ambiental. Para tanto, a CETESB possui e opera, há quase cinquenta anos, diversas redes de monitoramento ambiental visando avaliar a qualidade das águas e do ar.

ANÁLISES AMBIENTAIS

Os Laboratórios atuam de forma integrada no controle da poluição e no monitoramento da qualidade ambiental, realizando amostragens e ensaios físicos e químicos, microbiológicos, parasitológicos, hidrobiológicos e toxicológicos, nas mais diversas matrizes. As metodologias analíticas adotadas seguem os padrões esta-

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE E BEM-ESTAR



belecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e por organismos internacionais como a *Standard Methods* (EUA), Normas *International Organization for Standardization* - ISO e *Deutsches Institut für Normung* - DIN (EU) e as da *Environmental Protection Agency* - USEPA, dos Estados Unidos, *Environment Canada*, entre outras, dentro das mais rígidas normas internacionais de qualidade - NBR ISO/IEC 17025.

Atuam em conjunto com as Secretarias da Infraestrutura e Meio Ambiente e da Saúde, em ações para a proteção da saúde humana e do meio ambiente, destacando-se os programas de vigilância ambiental da poliomielite e do SARS-CoV-2 em esgotos e planos de contingência e alerta nos episódios de florações de algas. Nesse campo é comum o atendimento de demandas analíticas do Ministério da Saúde, dos Centros de Vigilância Sanitária e Epidemiológica da Secretaria de Saúde, da Agência Nacional de Água e de outros órgãos públicos.

Foram realizados cerca de 210 mil ensaios para o monitoramento da qualidade do ar, água e solo e para subsidiar ações preventivas e corretivas de controle da poluição ambiental.

Os laboratórios atuaram no Projeto Novo Rio Pinheiros, mantendo a ampliação de pontos e de frequência de monitoramento na área de abrangência do Projeto; na vigilância ambiental de SARS-CoV-2 (<https://cetesb.sp.gov.br/sars-cov-2/>), em esgotos e águas superficiais, auxiliando na determinação da circulação do vírus na população; no monitoramento de poluentes emergentes (disruptores endócrinos, cortisona, cafeína, gadolínio, entre outros) e no Plano de Monitoramento Global - GMP de POPs do PNUMA pela realização das análises dos compostos listados na Convenção de Estocolmo.

LABORATÓRIOS DESCENTRALIZADOS

No interior do estado, a CETESB possui sete laboratórios que operam de modo a dar suporte às atividades das diversas Agências.

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS - são monitoradas as águas de poços e nascentes dos aquíferos do estado, distribuídos nas diversas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado - UGRHI. Em 2021, foi efetuada pelo menos uma amostragem no ano em:

- **315 pontos** de monitoramento em poços tubulares e nascentes na Rede de Monitoramento de Qualidade; e,
- **54 piezômetros** nos aquíferos Bauru e Guarani na Rede Integrada de Monitoramento de Qualidade e Quantidade.

Ainda em 2021, o **Sistema INFOÁGUAS** (<https://sistemainfoaguas.cetesb.sp.gov.br/>) incorporou novas informações em sua base de dados e passou a disponibilizar

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



ao público novas funcionalidades para visualização e análise dos dados gerados pela rede de monitoramento de águas subterrâneas e da situação do saneamento nos municípios paulistas.

ÁGUAS SUPERFICIAIS INTERIORES - ÁGUAS DOCES - são monitoradas as águas superficiais continentais, compostas por corpos d'água de água doce como rios, lagoas, lagos e represas, por meio da Rede Automática e da Rede Básica.

Na **REDE AUTOMÁTICA**, são 16 estações automáticas de monitoramento da qualidade das águas superficiais, distribuídas nas bacias do Tietê, Pinheiros, Piracicaba e Paraíba do Sul, além de estar presente nos principais mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo.

Na **REDE BÁSICA**, 498 são pontos planejados, 16 pontos integrados com o Projeto Mananciais e 5 pontos incluídos ao longo do ano, totalizando 519 pontos.

PRAIAS DE RIOS E RESERVATÓRIOS - são monitoradas para fins balneários as praias localizadas em rios e reservatórios do estado. A Rede de Balneabilidade das Praias Interiores, cujo monitoramento também esteve condicionado à per-

missão de acesso às praias, monitorou 23 praias ao longo de 2021, incluindo-se mais 8 praias no último trimestre.

ÁGUAS SUPERFICIAIS COSTEIRAS - a Rede de Águas Costeiras monitora os corpos de água da zona costeira que podem ser de água salobra, localizados nos estuários ou de água salina, localizados na área marinha. Em 2021, a rede costeira contou com uma amostragem no ano em 69 pontos, em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico.

QUALIDADE DAS PRAIAS: BALNEABILIDADE

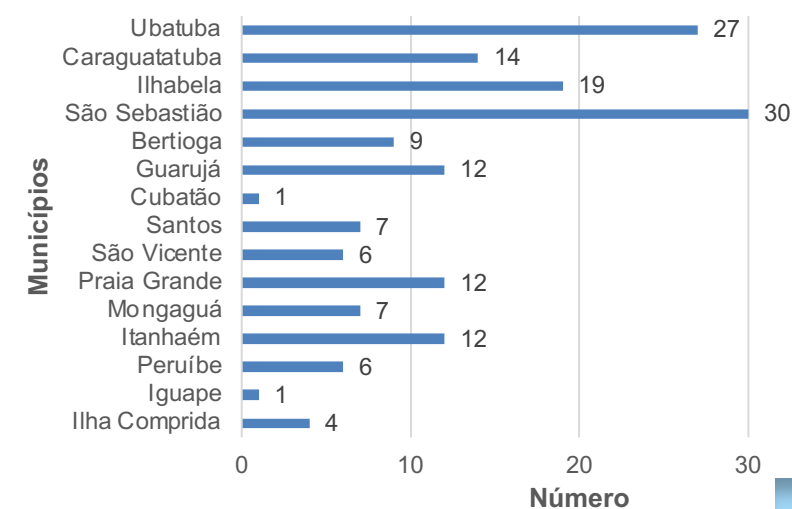
- o gerenciamento da balneabilidade de praias litorâneas é realizado por meio de indicadores fecais na água, gerando uma classificação de qualidade "própria" ou "imprópria" para o banho. Essa classificação é comunicada à população por meio de boletins semanais divulgados pela CETESB, indicando a qualidade da água a fim de garantir a saúde e bem-estar dos banhistas. A divulgação é feita pelo site, Facebook, bandeiras locais e aplicativo para dispositivos móveis.

Em 2021, foram monitorados 167 pontos, distribuídos em 150 praias de 15 municípios.

14 VIDA NA ÁGUA



Número de pontos de praias monitoradas





13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



SUPORE TÉCNICO AO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FEHIDRO

A CETESB atua contribuindo para o FEHIDRO na liberação de verbas oriundas de financiamento a fundo perdido para obras de saneamento. Esse suporte, indiretamente, contribui com os municípios, que são os principais tomadores deste recurso, na orientação dos projetos apresentados. Em 2021, a CETESB emitiu 107 pareceres de Aprovação de Viabilidade Técnica em apoio técnico ao FEHIDRO, com investimentos na ordem de R\$ 116 milhões.

QUALIDADE DO AR

Para acompanhar a evolução da qualidade do ar e orientar medidas de controle ambiental, a CETESB dispõe de uma rede de monitoramento da qualidade do ar com estações medidoras na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP e no interior e litoral do estado, além de estações móveis, que são utilizadas em estudos especiais.

REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR

Operação da Rede Manual desde 1972 e da Rede Automática desde 1981. Em 2021, essas redes se mantiveram em funcionamento durante todo o ano, sendo um instrumento importante para avaliar os efeitos da redução das atividades causados pela pandemia na qualidade do ar, contando com:

- 63 estações automáticas distribuídas no estado (29 na RMSP, 6 no litoral e 28 no interior), que contam com cerca de 800 equipamentos e geram aproximadamente 20.000 dados diários;
- 24 pontos de monitoramento manual, totalizando 87 estações.

Uma inovação na divulgação dos resultados de qualidade do ar foi o lançamento, em 2021, do “Boletim Mensal de Qualidade do Ar”. Esta nova forma de comunicação traz informações e dados sobre como se forma a poluição, o significado de cada poluente medido, a interferência da meteorologia, os efeitos sobre a saúde e, finalmente, a “Qualidade do Ar” observada no mês.

Em 2021, o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA aprovou os novos padrões de qualidade do ar no estado de São Paulo, definidos a partir de estudo técnico realizado pela CETESB, considerando a evolução da qualidade do ar ao longo do tempo e as novas tecnologias disponíveis, tanto no setor automotivo como no industrial, estabelecendo de forma pioneira valores legais válidos a partir de janeiro de 2022. (Deliberação CONSEMA n.º 4/2021, de 19.05.2021).



Em 2021, foi elaborado o Planejamento da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar do Estado de São Paulo para o próximo triênio, onde se destaca a previsão de expansão significativa da rede de monitoramento das partículas inaláveis finas (MP_{2,5}). Este poluente conta atualmente com 32 pontos de monitoramento automático.

PROGRAMA PARA MELHORIA DA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS A DIESEL - PMMVD

Em operação desde 1998, o PMMVD, que consiste numa rede de empresas que realizam serviços de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos pela CETESB, visa diminuir a quantidade de veículos movidos a diesel em más condições de manutenção e a redução dos níveis de poluentes atmosféricos e de GEE emitidos e a consequente melhoria da qualidade do ar no estado, além do fortalecimento de parcerias do Governo com setores da sociedade.

Destacaram-se em 2021:

- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU, incluindo-a no PMMVD;
- Quatro treinamentos técnicos ministrados a representantes de unidades operacionais do Programa.

AÇÕES EM CAMPO PARA FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS A DIESEL

Em 2021, foram realizadas 33 ações de fiscalização de veículos a diesel em rodovias com o apoio da Polícia Militar. Foram fiscalizados 149 veículos por meio da medição da opacidade e da verificação da qualidade do insumo ARLA-32.

MODERNIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE EMISSÕES VEICULARES

Foram providenciados novos equipamentos e atualizações de sistemas, em atendimento às Resoluções CONAMA - RC n.º 490 e n.º 492 de 2018 que estabelecem as novas fases do Programa de Controle de Emissões Veiculares - PROCONVE L7/L8 e P8 com início em 2022, 2025 e 2023 respectivamente. Essas fases determinam uma maior restrição dos níveis de poluentes emitidos pelos veículos assim como a prevenção de utilização de dispositivos de ações indesejáveis. Os laboratórios se capacitam para atuar em consonância com os demais laboratórios de emissões veiculares do país, mantendo condições para formação de base técnica para subsidiar discussões junto às montadoras na elaboração de novos procedimentos de realização de ensaios, assim como no desenvolvimento de pesquisas de cunho ambiental.

ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO DE EMISSÃO VEICULAR DIESEL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O laboratório recebeu em 2021 a acreditação junto à Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre do INMETRO, para realizar ensaios conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 - Requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaios e calibração, juntando-se ao seleto grupo de laboratórios de ensaios acreditados da CETESB, onde se encontra também o laboratório de emissão veicular do ciclo Otto da Sede, acreditado desde 1987.





GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A infraestrutura de tratamento e destinação de resíduos é objeto de licenciamento específico.

ESGOTO DOMÉSTICO

Houve queda de 38 para 36 municípios sem tratamento, de 2020 para 2021.

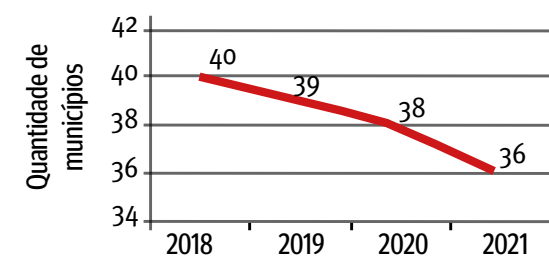
Foram concedidas 166 licenças em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, realizadas 878 inspeções em sistemas de tratamento de esgotos, e aplicadas 67 advertências e 33 multas.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

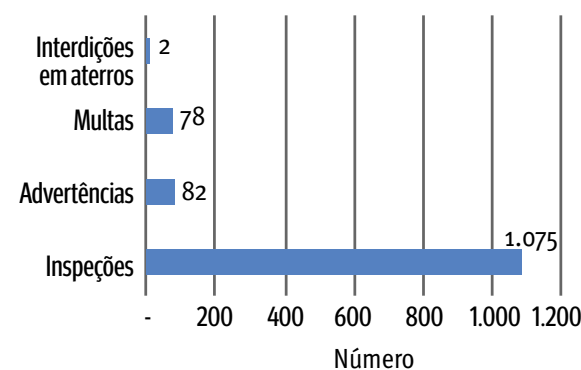
A CETESB desempenha importante papel no controle e prevenção das condições ambientais sanitárias, relativas à destinação de resíduos urbanos pelos municípios do estado de São Paulo, como pode ser observado nas ações desenvolvidas em 2021, demonstrada no gráfico.

O Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos da CETESB de 2020, publicado em 2021, mostrou a situação do gerenciamento destes resíduos no estado, evidenciando uma melhora quanto à situação dos locais de disposição de resíduos em aterros. O estado de São Paulo contava com 346 aterros sanitários, sendo 314 públicos e 32 privados, que respondiam por 60,1% do total de 40.826,4 toneladas/dia de resíduos gerados. Desse total, 39.691,74 t/dia dispostos de forma adequada e somente 2,8% ainda dispostos inadequadamente.

Quantidade de municípios sem tratamento de esgoto doméstico - SP



Ações desenvolvidas - Resíduos Sólidos Urbanos



FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO - FECOP

A CETESB atua como secretaria executiva e agente técnico do FECOP, criado pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, que tem como objetivo apoiar e incentivar a execução de projetos relacionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente no estado de São Paulo, contribuindo, em especial, para a evolução dos sistemas de gestão de resíduos sólidos municipais, em atendimento ao proposto no Plano de Resíduos Sólidos do Estado, bem como, à recuperação da biodiversidade e revegetação de nascentes ou áreas de preservação permanente.

Em 2021, foram financiados 224 projetos, no montante de R\$ 90 milhões, atendendo uma população de 12.226.828 de habitantes.



SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS - SIGOR

O SIGOR é uma ferramenta que auxilia no monitoramento da gestão dos resíduos sólidos desde sua geração até sua destinação final, incluindo o transporte e destinações intermediárias e permite o gerenciamento das informações referentes aos fluxos de resíduos sólidos no estado de São Paulo.

MÓDULO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC

O Módulo Construção Civil tem por objetivo gerenciar as informações referentes aos fluxos de resíduos da construção civil. Sua correta utilização assegura que os resíduos gerados sejam transportados por empresas cadastradas e destinados a locais devidamente licenciados, permitindo, assim, que os resíduos tenham destinos ambientalmente adequados.

Está implementado em 11 municípios: Bertioga, Bragança Paulista, Catanduva, Cubatão, Indaiatuba, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São Vicente e Sertãozinho. Detalhes podem ser obtidos em:

<https://cetesb.sp.gov.br/sigor/>

MÓDULO MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS - MTR

Um importante avanço na gestão dos resíduos sólidos em São Paulo foi a implementação do módulo MTR - Manifesto de Transporte de Resíduos, com a finalidade de monitorar o transporte de resíduos gerados pelas empresas até um destino final ambientalmente adequado.

Os resultados foram expressivos: 59 mil empresas cadastradas; 90 mil usuários; 2,3 milhões de MTRs emitidos; 500 mil Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDFs emitidos; 48 mil Declaração de Movimentação de Resíduos - DMRs enviadas. Detalhes podem ser obtidos em <https://cetesb.sp.gov.br/sigor-mtr/>





LOGÍSTICA REVERSA

A Logística Reversa, prevista na Política Estadual de Resíduos Sólidos e ratificada na Política Nacional de Resíduos Sólidos, é caracterizada “por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

A Decisão de Diretoria CETESB nº 114/2019/P/C, vinculou a obtenção de Licença de Operação ao cumprimento de logística reversa em escala gradual. Como resultado, o número de planos de logística reversa (individuais e coletivos) recebidos saltou de 60 em 2019, para 107 em 2020 e para 234 em 2021.

O número de empresas aderentes aos Planos de Logística Reversa também apresentou grande incremento no mesmo período, aumentando de 2.869 em 2019, para 4.236 em 2020 e para 5.412 em 2021.

A CETESB estabeleceu em conjunto com a SIMA, o primeiro Termo de Compromisso de Logística Reversa - TCLR do país, de medicamentos domiciliares de uso humano, vencidos ou em desuso e suas embalagens. Foi, também, instituído um novo TCLR de embalagens em geral com entidades representativas do setor produtivo, principalmente fabricantes e importadores de produtos alimentícios e bebidas e um TCLR de Embalagens Pós-consumo de Aerossóis, além de renovar o TCLR de Baterias inservíveis, de chumbo-ácido.

Em 2021, a CETESB assinou Termo de Doação para Cessão Gratuita de Direito de Uso de Software com a Green Platforms Gerenciamento de Dados S.A. para a disponibilização do SIGOR Logística Reversa para os usuários a partir de 2022.

Resultados em 2021:

- 187 Planos recebidos em 2021, totalizando 234;
- Notificação de 962 empresas para adesão a um plano de logística reversa;
- Solicitação de lavratura de 152 autos de infração por descumprimento;
- Número total de empresas inseridas em planos de Logística Reversa: 5.412 das quais 3.758 estão situadas no estado de São Paulo.

Detalhes podem ser obtidos em

<https://cetesb.sp.gov.br/logisticareversa/fase-2-termos-de-compromisso-para-a-logisticareversa-de-residuos-pos-consumo-2015-em-andamento>

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



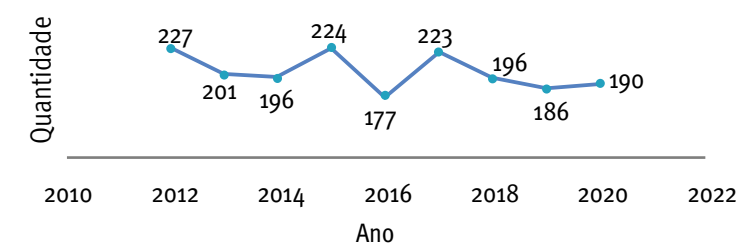
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em relação às Mudanças Climáticas, a CETESB publicou uma nova regra em abril, ampliando os setores produtivos que devem enviar, anualmente suas informações sobre as emissões de gases de efeito estufa, para a elaboração de planos e programas de mitigação. Dentre os novos segmentos, destacam-se os aeroportos, aterros sanitários e frotas de veículos a diesel, dependendo do porte. A nova regra também traz outras definições, como a contabilização e envio das emissões indiretas de GEE do setor de transportes de bens e serviços, assim como, as emissões provenientes de atividades realizadas por empresas terceirizadas e de caráter voluntário.

INVENTÁRIOS DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA - GEE

Com o intuito de acompanhar a evolução das emissões de GEE de atividades paulistas com alto potencial de emissão desses gases foi aprovada a Decisão de Diretoria nº 254 de 2012, que prevê a elaboração e o envio anual de inventários de GEE. Desde então, a CETESB recebeu, ao longo desses 9 anos, um total de 1.820 inventários de 321 empreendimentos diferentes, iniciando a formação de um robusto banco de dados, como pode ser observado a seguir:

Inventários de GEE recebidos no período de 2012 a 2020



Em 2021, foi aprovada a Decisão de Diretoria nº 035 que atualiza a Decisão nº 254/2012, incluindo na lista de atividades que devem enviar o inventário, outros três setores da economia paulista listados abaixo:

- Aeroportos com movimentação anual igual ou superior a 5 milhões de passageiros;
- Aterros sanitários com média anual de recebimento de resíduos sólidos urbanos igual ou superior a 400 t/dia;
- Transporte de cargas ou passageiros cuja frota de veículos a diesel (caminhões ou ônibus) seja superior a 300 veículos.



ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO

Em 2021, a CETESB deu continuidade às ações do “Acordo Ambiental SP”, uma iniciativa para redução voluntária de emissões de GEE e incentivo às ações de sustentabilidade voltada prioritariamente ao setor privado que, em 2019, no seu lançamento, contava com cerca de 50 signatários e, ao longo de 2020 e 2021, teve um amplo crescimento passando para 1.347 aderentes comprometidos com o envio de informações relativas ao balanço das emissões para que a Companhia avalie e auxilie na elaboração de planos de mitigação.

Página com informações atualizadas do Acordo Ambiental São Paulo:
<https://cetesb.sp.gov.br/acordo-ambiental-sao-paulo/>

Em relação ao Acordo Ambiental São Paulo, em novembro o Governo de São Paulo lançou, em evento paralelo à Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, uma publicação com 56 casos empresariais de iniciativas de descarbonização. O livro, destaca-se, é o resultado do trabalho da CETESB em conjunto com as empresas e associações aderentes ao Acordo, no âmbito da Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas e contou com a chancela de pareceristas e observadores internacionais.

<https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Livro-Acordo-Ambiental-Sao-Paulo-56-casos-de-sucesso-na-agenda-climatica.pdf>

EMERGÊNCIAS QUÍMICAS

A CETESB mantém ininterruptamente em operação na sua sede, o Centro de Controle de Desastres e Emergências Químicas, com a atribuição de receber as chamadas da população, bem como, de órgãos públicos e privados sobre emergências químicas e reclamações sobre fontes de poluição. Os atendimentos são recebidos nos telefones 08000113560 (ligação gratuita - 24 horas) e (11) 3133-4000 (horário comercial).

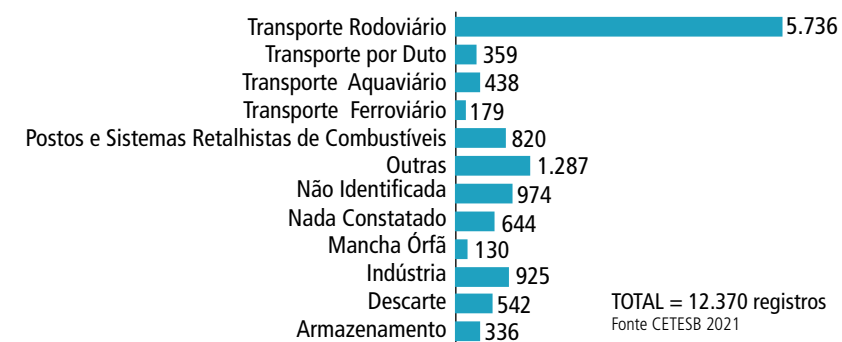
Os atendimentos às emergências químicas são realizados em todo o estado de São Paulo, por meio das Agências Ambientais e do Setor de Atendimento a Emergências. No período de 1978 a 2021 foram realizados 12.370 atendimentos pela CETESB. A atividade de transporte rodoviário de produtos perigosos lidera as estatísticas de acidentes, com 5.736 registros. Em 2021, a CETESB realizou 311 atendimentos a emergências químicas.



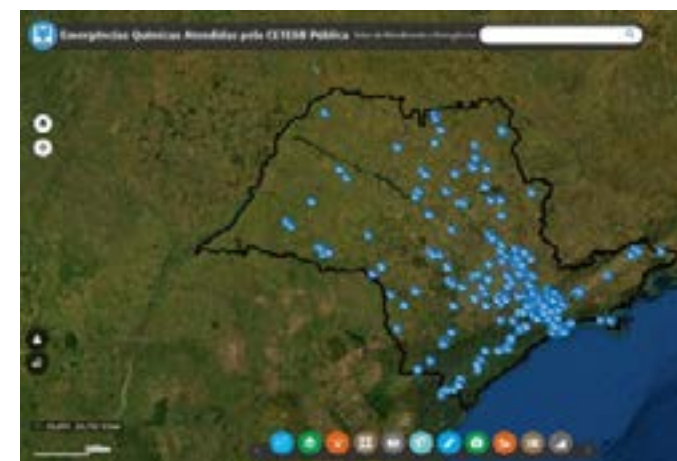
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



EMERGÊNCIAS QUÍMICAS ATENDIDAS PELA CETESB NO PERÍODO 1978 - 2021 Pesquisa por Atividades

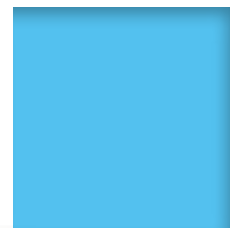
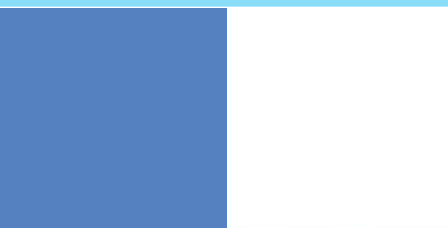


GEORREFERENCIAMENTO DE EMERGÊNCIAS QUÍMICAS



O Aplicativo para consulta de Emergências Químicas georreferenciadas pode ser acessado em:

<https://servicos.cetesb.sp.gov.br/arcgisportal/apps/webappviewer/index.html?id=f3b5fb069174494c8f2de404798c75fc>



ÁREAS CONTAMINADAS

O Gerenciamento de Áreas Contaminadas - GAC é o conjunto de ações de identificação, caracterização e implementação de medidas de intervenção em áreas contaminadas localizadas em uma região de interesse, com o objetivo de viabilizar o uso seguro proposto ou implementado em cada uma delas, culminando na sua classificação como Área Reabilitada para o Uso Declarado - AR ao final do desenvolvimento das etapas do GAC.

Em 2021, as Áreas Contaminadas e Reabilitadas apresentaram o seguinte saldo:

- Áreas contaminadas em investigação ou com risco confirmado: 1.419 (22%). Em 2020 foi 23% e em 2019, 24%.
- Áreas aptas para o uso ou com medidas de intervenção: 5.053 (78%)
- Pareceres técnicos emitidos para reutilização: 354
- Termos de Reabilitação emitidos: 243

Para auxiliar no gerenciamento das áreas contaminadas, em março de 2021 foi publicado no sítio eletrônico da CETESB, os capítulos iniciais da terceira edição do Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas. Esta nova versão, possibilita a contínua revisão e atualização de seu conteúdo, de forma a permitir a adoção das melhores tecnologias disponíveis para as medidas de intervenção em áreas contaminadas, garantindo segurança na reabilitação dessas áreas. O Manual pode ser acessado em: <https://cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/documentacao/manual-de-gerenciamento-de-areas-contaminadas/introducao-ao-gerenciamento-de-areas-contaminadas/>



CAPITAL INTELECTUAL

INOVAÇÃO

- Aquisição de diversos equipamentos de tecnologia, como 1.056 notebooks, 36 workstations, 100 desktops e 2 servidores possibilitando uma melhor interação dos colaboradores com os processos da CETESB;
- Implementação em larga escala a Virtual Private Network - VPN, permitindo maior acesso aos colaboradores para essa tecnologia;
- Ampliação da rede Wireless Fidelity (WI-FI) no Laboratório e Agência de Limeira, Laboratório e Agência de Marília, Laboratório e Agência de Ribeirão Preto, Laboratório de Cubatão, Agências de Piracicaba, de Registro e de Taubaté, além da ampliação na Sede;
- Ampliação dos relatórios gerenciais, por meio da ferramenta Microsoft Power BI, possibilitando o acesso pela Internet e por dispositivos Mobile, refletindo em maior disponibilidade para os usuários.

DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

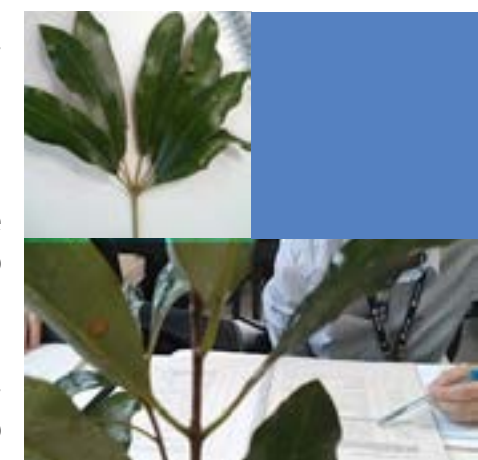
ESCOLA SUPERIOR DA CETESB

Foram realizados 86 cursos e eventos de difusão do conhecimento para 4.591 participantes, internos e externos, considerando o potencial do ensino à distância em ampliar a capilaridade e o público interessado.

Foi iniciada a 5ª turma de pós-graduação do curso “Conformidade Ambiental com requisitos técnicos e legais”, com duração de dois anos, contendo disciplinas que abrangem desde o conceito de conformidade e sua aplicação prática, passando pelo ordenamento jurídico, até diversos aspectos do licenciamento ambiental.

CAPACITAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Em 2021, a CETESB ofereceu apoio aos municípios paulistas por meio de duas capacitações. A primeira por meio do curso “Gestão de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo: desafios e possibilidades para os municípios”, concebido a partir da parceria com o Tribunal de Contas do Estado - TCE e a Universidade de São Paulo - USP. A segunda foi voltada ao enfrentamento às mudanças climáticas e contou com apoio das Secretarias Estaduais de Infraestrutura e Meio Ambiente e de Relações Internacionais, orientando os municípios e associações corporativas que podem aderir voluntariamente ao Acordo Ambiental São Paulo.





1ª CONFERÊNCIA SOBRE IMPACTO DOS TRANSPORTES NA FAUNA

Na tentativa constante de mitigar os acidentes e dar publicidade ao licenciamento ambiental dos modais de transporte, a CETESB, em parceria com a Rede Brasileira de Especialistas em Ecologia de Transportes - REET Brasil, organizou a “1ª. Conferência sobre Impactos dos Transportes na Fauna”, sendo um evento online, aberto, gratuito, com seis mesas-redondas, duas palestras e quatro minicursos, para representantes de agências públicas reguladoras, da polícia rodoviária e da polícia ambiental, profissionais, pesquisadores, estudantes de diferentes formações envolvidos na área de transportes, avaliação de impactos ambientais e ecologia e público em geral, com a participação, inclusive, de especialistas internacionais, para discussão e debate sobre o tema ([youtube.com/cetesboficial](https://www.youtube.com/cetesboficial)).

CAPACITAÇÃO EM “ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS”, NA BAIXADA SANTISTA

Na agenda das Mudanças Climáticas, a CETESB avançou na oferta de capacitação oferecendo duas turmas do curso “Crise Climática: Adaptação, Resiliência e Biodiversidade”.

A CETESB realizou e coordenou o projeto pioneiro no estado de São Paulo de capacitação em “Adaptação às Mudanças Climáticas sobre os Recursos Hídricos”, com apoio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO e do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista - CBH-BS, com participantes dos municípios da região da Baixada Santista, agentes municipais das Secretarias de Meio Ambiente, Planejamento, Infraestrutura e Defesa Civil e representantes do Estado, como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE e sociedade civil (Universidades, ONGs, Associações).

Os resultados do projeto foram apresentados, durante a COP-26, no painel “Parcerias por cidades resilientes e carbono-neutras”, promovido no espaço *Brasil Climate Action Hub*, em Glasgow, Escócia.

NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Como responsável pela atividade de normalização na temática ambiental, a CETESB dispõe de um acervo de 103 normas técnicas vigentes, disponibilizadas por meio da Biblioteca e do site da CETESB, para utilização pelo público interno, inúmeras instituições brasileiras, empreendedores, consultores e demais interessados.

Em 2021 foram homologadas duas normas:

- A revisão da Norma Técnica CETESB P4.230 - Aplicação de lodo de sistemas de tratamento biológico de efluentes líquidos sanitários em solo - diretrizes e critérios para projeto e operação: Ed. Maio de 2021, que estabelece diretrizes, crité-

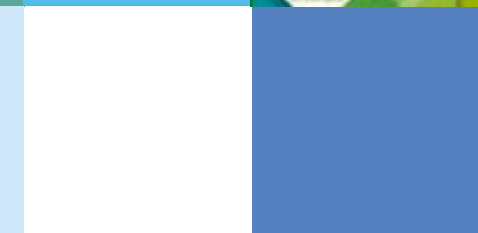


rios e procedimentos, para aplicação em solo, de lodos gerados em sistemas de tratamento biológico de efluentes líquidos sanitários; e

- A elaboração da Norma Técnica CETESB P4.003 - Plano de Preparação da Comunidade Química para situações de risco tecnológico - PPC: 1ª edição/agosto de 2021, que trata da construção e implementação participativa do PPC, contendo diretrizes para a capacitação das partes interessadas, com o propósito de reduzir danos à vida e efeitos adversos à saúde da população possível de ser afetada, quando da ocorrência de liberação acidental de substâncias químicas.

PUBLICAÇÕES

- Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo - 2020 <https://cetesbnet2/blog/2021/06/16/cetesb-divulga-relatorio-de-qualidade-das-praias-litoraneas-no-estado-de-sao-paulo-2020/>
- Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo - 2020 <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/publicacoes-e-relatorios/>
- Relatório de Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo - 2020 <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-costeiras/publicacoes-e-relatorios/>
- Boletim de Qualidade das Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo - 2020 <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-subterraneas/publicacoes-e-relatorios/>
- Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo - 2020 <https://cetesb.sp.gov.br/ar/publicacoes-relatorios/>
- Estudo dos Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) na Atmosfera de Paulínia <https://cetesb.sp.gov.br/ar/publicacoes-relatorios/>
- Evolução das Concentrações de Carbono Orgânico e Elementar no MP2,5 na Atmosfera de São Paulo (Cerqueira César) <https://cetesb.sp.gov.br/ar/publicacoes-relatorios/>
- Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos - 2020 <https://cetesb.sp.gov.br/residuossolidos/wp-content/uploads/sites/26/2021/07/Inventario-Estadual-de-Residuos-Solidos-Urbanos-2020.pdf>
- Acordo Ambiental São Paulo - 56 casos de sucesso na agenda climática <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Livro-Acordo-Ambiental-Sao-Paulo-56-casos-de-sucesso-na-agenda-climatica.pdf>





CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

A CETESB mantém o papel de liderança na implantação de políticas públicas ambientais disseminadas no país, relacionadas direta ou indiretamente com os ODS protagonizados pela ONU. A Companhia segue um novo modelo de gestão que leva a marca “CETESB de Portas Abertas”.

ÔÂMARAS AMBIENTAIS

O programa CETESB de Portas Abertas no ambiente das Câmaras Ambientais manteve a comunicação direta com os setores produtivos e de infraestrutura do Estado, o que possibilitou a continuidade de transferência de conhecimentos entre os setores público e privado, mesmo diante do isolamento social e das inúmeras dificuldades que todos os setores da economia vivenciaram pela crise da pandemia. Durante 2021, as Câmaras Ambientais realizaram 37 reuniões Plenárias Ordinárias, 70 reuniões de Grupos Técnicos, e participaram de 5 lives, com apresentação ou divulgação dos trabalhos executados. Atualmente, treze Câmaras estão em funcionamento.

Merecem destaque alguns dos produtos finalizados pelos Grupos de Trabalho:

- **Câmara Ambiental do Setor Sucroenergético**- Decisão de Diretoria CETESB nº 126/2021/P, de 16/12/2021 - Procedimentos Técnicos para a Aplicação de Resíduos nas Usinas de Produção de Etanol e Açúcar e para o Licenciamento de Pátios de Mistura de Resíduos - link: cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/DD-126-2021-P-Procedimento-Tecnico-para-aplicacao-reiduos-gerados-usinas-deetanol.pdf
- **Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas** - Decisão de Diretoria CETESB nº 036/2021/P, de 13/04/2021 - Nota Técnica 01 sobre a Quantificação e Relato de Emissões de GEE Gases de Efeito Estufa para o Acordo Ambiental São Paulo - link: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Nota-Tecnica-01-Quantificacao-e-Relato-de-Emissoes-de-Gases-de-Efeito-Estufa.pdf>

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS DA ONU

Com o objetivo de promover a integração de esforços para a adoção voluntária de ODS, a CETESB e, pelo setor privado, entidades do Setor Produtivo de SP, de Cloro-Álcalis e Têxtil, protagonizaram a assinatura de dois Protocolos de Intenção dos ODS, para desencadear, nos ambientes institucional e privado, uma troca de experiências, especialmente na adoção de ações que envolvam avaliação e aplicação de melhores tecnologias e soluções ambientais, corroborando nosso compromisso com a diretriz CETESB de Portas Abertas.

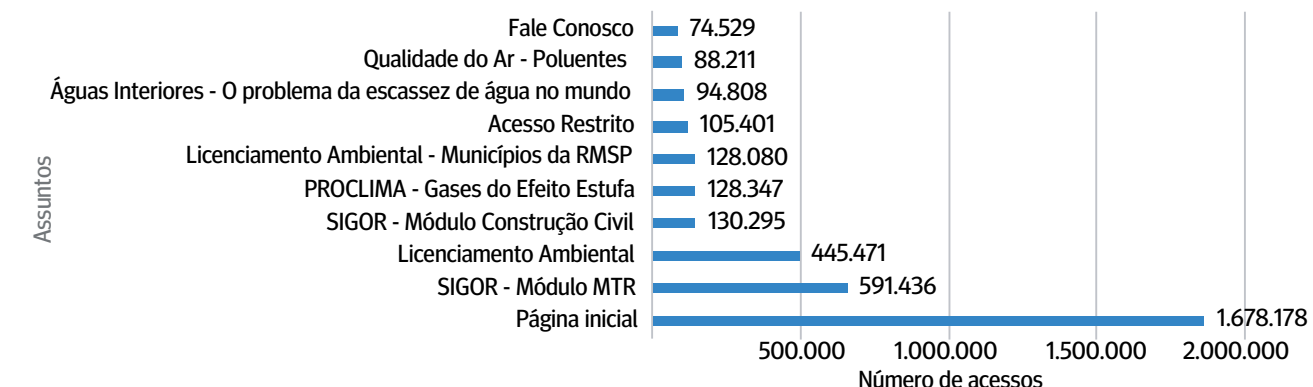


COMUNICAÇÃO SOCIAL

Foram atendidas 800 solicitações de imprensa, escritas matérias demandadas por revistas e sites do setor ambiental, redigidas 150 matérias para o site, 160 para intranet e centenas de avisos de pauta distribuídos por e-mail e WhatsApp. Foram 37 coberturas de eventos presenciais e, virtualmente, realizou-se a cobertura de aproximadamente 100 lives.

Nas mídias sociais – LinkedIn, Facebook e Instagram – centenas de posts foram publicados, aumentando significativamente o número de seguidores nas redes sociais. Foram realizadas 51 lives. No LinkedIn foram acrescentados 7.927 seguidores e contou-se com 22.729 visitantes. A conta no Instagram contabilizou 7.810 seguidores. No Facebook, foram 124.700 seguidores e o canal do Youtube ganhou 1.800 novos usuários com 67.000 visualizações. O total de visualizações das páginas da CETESB atingiu 3.898.114/ano.

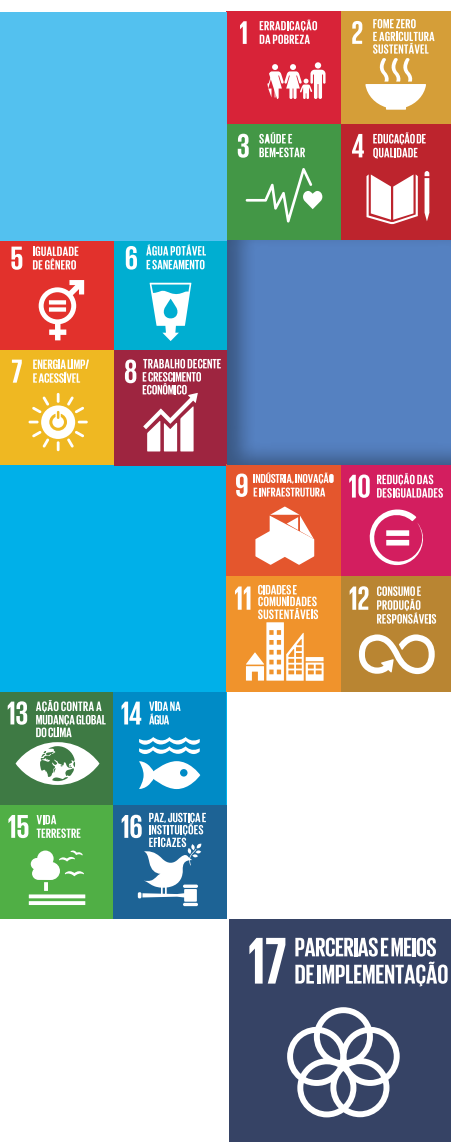
PÁGINAS MAIS VISITADAS



INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - ACESSOS

1. Brasil	1.704.678
2. Portugal	34.732
3. Estados Unidos da América	32.180
4. Moçambique	18.039
5. Angola	7.014
6. sem informação	2.975
7. Países Baixos	2.595
8. Finlândia	2.068
9. França	1.659
10. Alemanha	1.372





Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

CAPITAL NATURAL - SUSTENTABILIDADE

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, que conta com os 17 ODS, é um Plano de Ação voltado às pessoas, ao planeta e à prosperidade e estabelece que a erradicação da pobreza é o requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida de toda a população.

A CETESB, buscando cumprir os compromissos assumidos pelo Governo do Estado em sua Agenda Global, constituiu um Grupo de Trabalho para a internalização dos ODS em todas as suas áreas de atuação, como ferramenta de gestão e planejamento.

Como exemplos de sua atuação social, destacam-se os campos:

HABITACIONAL: atua como membro do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo - GRAPROHAB, analisando e emitindo parecer de viabilidade para instalação de empreendimentos habitacionais localizados em Área de Preservação Permanente - APP, Área de Proteção aos Mananciais - APM e Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais - APRM.

SAÚDE PÚBLICA: licencia empreendimentos para o abastecimento público de água, monitora os reservatórios de águas superficiais, subterrâneas e litorâneas, informando a qualidade das praias. Realiza atividades de vigilância ambiental do vírus do SARS-CoV-2, da poliomielite, dos protozoários patogênicos e entéricos nos mananciais, esgotos, águas de reuso e outros. Fiscaliza a emissão de fumaça preta nos veículos a diesel, com o objetivo de melhorar a qualidade do ar e consequentemente da saúde da população.

EDUCACIONAL: colabora e potencializa a implementação de políticas públicas de capacitação na área ambiental, em âmbito nacional e internacional, por meio da Escola Superior da CETESB, concedendo em sua programação anual de cursos, treinamentos e eventos técnicos, uma cota com a reserva de vagas para técnicos da administração pública, estudantes de graduação e pós-graduação. Também na linha do intercâmbio e difusão do conhecimento são estabelecidas parcerias com instituições e órgãos públicos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: busca os meios de produção de menor impacto ambiental ao influir no processo produtivo e na implantação do empreendimento em determinada região, em conjunto com o setor produtivo. Como exemplo, temos as fiscalizações da queima da palha de cana e dos sistemas de destinação dos resíduos sólidos e efluentes líquidos. Mantém interlocução direta com o setor produtivo por meio das Câmaras Ambientais.

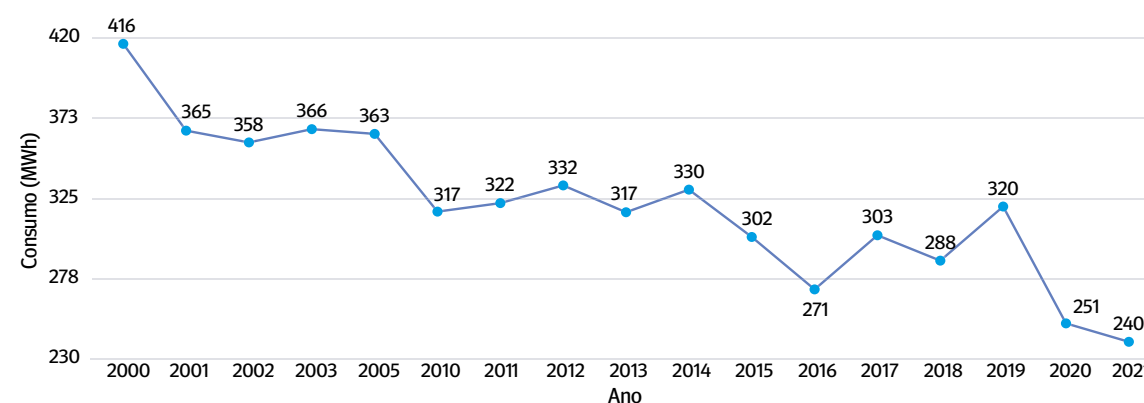
POLÍTICAS PÚBLICAS: emite relatórios de qualidade ambiental anualmente com o objetivo de influenciar as políticas dos diversos órgãos executores.

ENERGIA ELÉTRICA

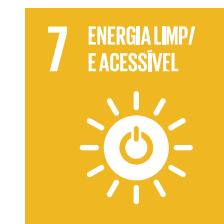
Em 2001, foi iniciado um programa de redução do consumo de energia nas instalações da Sede. Desde então, e como resultado de um processo de melhoria contínua, foram implementadas muitas ações, como a reorganização dos horários de execução de atividades e disponibilização de recursos energéticos, a setorização dos sistemas de iluminação e utilização de tecnologia LED, a adoção de novas tecnologias para sistemas de condicionamento de ar, incluindo a utilização de gás menos agressivo ao meio ambiente, a adoção de projetos de reforma com aproveitamento da iluminação natural e visando à melhoria no conforto térmico, a modernização de equipamentos e a adequação das categorias tarifárias ao seu perfil de consumo.

Como resultado, o consumo de energia elétrica foi drasticamente reduzido, de 416 MWh de consumo médio mensal em 2000 para 240 MWh em 2021, como se pode verificar no gráfico.

Energia elétrica ENEL - Consumo Médio mensal (MWh)



ENERGIA SOLAR: Em 2021, as Agências Ambientais de Paulínia, São Carlos e São Sebastião receberam sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, juntando-se às de Cubatão e Osasco/Santo Amaro, reduzindo a parcela de consumo de energia elétrica. Além disso, demonstra o papel relevante e de protagonismo da CETESB na promoção e execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, por meio do investimento em uma fonte de energia alternativa, renovável, limpa e sustentável. Além dos sistemas instalados recentemente nas agências ambientais, a sede utiliza, há mais de 20 anos, placas solares para aquecimento de água utilizada nos laboratórios.





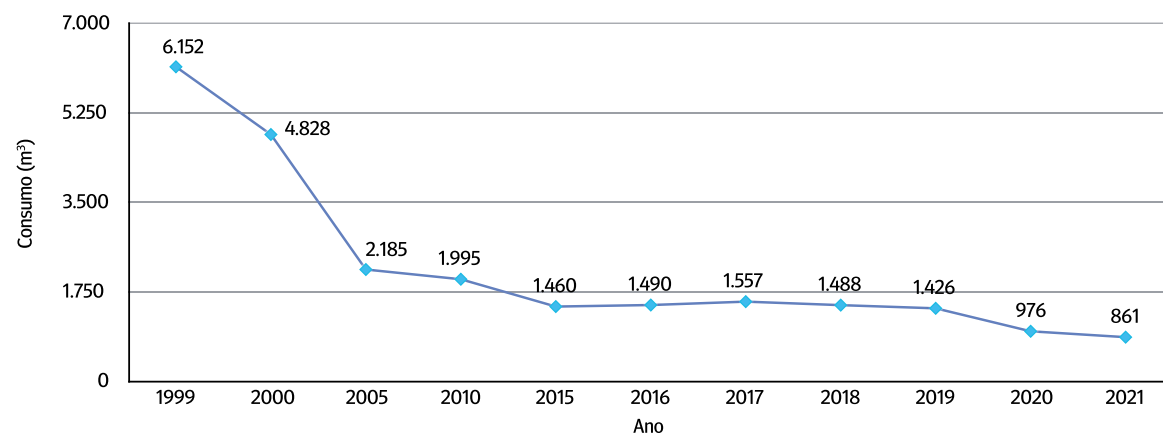
ÁGUA

O consumo de água do complexo predial da sede da CETESB historicamente foi alto, em decorrência de fatores, como atividades laboratoriais que requerem resfriamento, condicionamento ou outros procedimentos; equipamentos e instalações hidráulicas antigas que causavam perdas; a existência de muitas edificações em extensa área de pátios e jardins, entre outras.

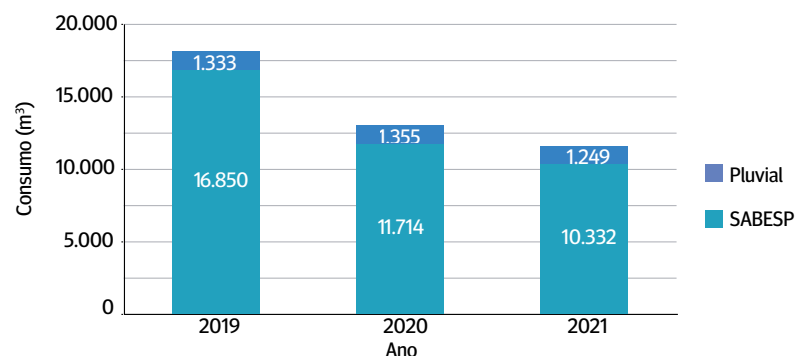
Em 2000 foi implantado o Programa de Uso Racional da Água da SABESP e, a partir de então, outras medidas foram adotadas visando reduzir o consumo desse importante e finito recurso natural, como a manutenção preventiva mais frequente, o monitoramento diário para identificação de vazamentos, a reutilização das águas usadas no resfriamento de equipamentos dos laboratórios, as reformas das instalações hidráulicas e utilização de equipamentos economizadores de água, sistemas de aproveitamento de água de chuva, entre outras.

Essas ações promoveram uma diminuição do consumo de água nos edifícios conforme se verifica no gráfico a seguir. O consumo médio mensal no início do Programa, que era de 6.043 m³, foi reduzido para 861 m³ mensais em 2021.

Água SABESP - Consumo médio mensal (m³)



Água (pluvial e SABESP) na Sede



RESÍDUOS

A CETESB realiza coleta de resíduos recicláveis na sede da Companhia, por meio de empresa contratada especializada. Os materiais recicláveis classe II (não perigosos) coletados são, em sua maioria, os papéis, originários de atividades de escritório e papelão.

Em 2020 e 2021, foram coletadas mensalmente, respectivamente, 1,6 e 1,77 toneladas de resíduos recicláveis classe II.

Além desses resíduos, também são coletados pilhas e equipamentos eletrônicos usados, diretamente dos empregados e frequentadores das instalações da CETESB e da SIMA, para a destinação ambientalmente adequada e contabilizaram 0,92 e 0,94 toneladas em 2020 e 2021, respectivamente.

HORTA SOLIDÁRIA

A horta solidária, na cobertura de um dos prédios, propicia aos empregados e prestadores de serviços terceirizados um melhor ambiente de trabalho, por meio do contato com áreas verdes e o envolvimento com questões sustentáveis, além de ter 100% da produção voltada aos prestadores terceirizados mais carentes.

Cabe destacar que a horta segue os procedimentos para cultivo de produtos orgânicos, sem a utilização de produtos químicos ou agentes tóxicos ao ser humano ou meio ambiente.

BICICLETÁRIOS

Na sede da CETESB, privilegiada pelo fácil acesso e proximidade às faixas de ciclistas presentes no bairro, estão instalados três bicicletários, com capacidade total de 43 vagas.

CATÁLOGO DE COMPRAS DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS

O catálogo de compras de produtos sustentáveis da Companhia é constantemente ampliado. A equipe responsável pesquisa produtos menos agressivos ao meio ambiente, pensando no custo ambiental, reaproveitamento de material e nos benefícios sociais decorrentes da reciclagem, que possuem o “selo verde”.

Durante 2021 foram inseridos cerca de 400 novos produtos “verdes” no cadastro interno.

REDUÇÃO NO CONSUMO DE PAPÉIS

O consumo de papel teve uma redução significativa de 67% no período de 5 anos.

EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS NAS LICITAÇÕES

Os editais de contratações de obras e serviços incluem exigências mais rigorosas visando a utilização de equipamentos mais eficientes e a adoção de tecnologia mais limpa para redução de insumos não renováveis, entre outras medidas.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL / INICIATIVAS JUNTO À SOCIEDADE CIVIL

Em 2021, a CETESB realizou a campanha “CETESB Solidária”, em apoio ao Fundo Social São Paulo, para arrecadação de cestas básicas tendo como foco o auxílio à população mais vulnerável do Estado, que sofre com as consequências da pandemia causada pelo coronavírus.



CAPITAL HUMANO

Na CETESB, a contratação de empregados para o quadro permanente da Companhia ocorre exclusivamente por concurso público. O concurso favorece o acesso prioritário a pessoas com deficiência e igualdade de condições para todas as faixas etárias, classes sociais, religiões, etnia, orientações sexuais, entre outros fatores.

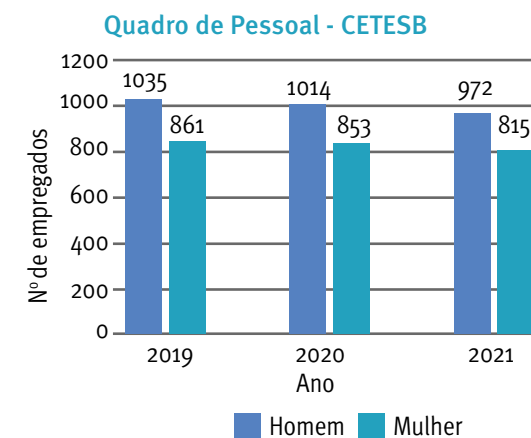
A distribuição do quadro da CETESB quanto ao gênero evidencia uma grande alteração em relação ao cenário inicial da Companhia, quando era composta majoritariamente pelo gênero masculino. Naquela época as formações em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) eram quase que exclusivas do público masculino. Hoje há maior acesso às formações para ambos os gêneros e o acesso por concurso público propiciou mais equilíbrio entre os gêneros feminino (46%) e masculino (54%). A diferenciação ainda se dá em razão do maior número de empregados do gênero masculino nas Agências Ambientais, o que é explicado pelo histórico de predomínio masculino nas formações em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM).

A CETESB pratica uma política salarial única, conforme estabelecido em seu Plano de Carreira, sem distinção de gênero, quanto à diferenciação salarial, reforçando uma das políticas do Governo, sendo uma das grandes ações de inclusão e combate à discriminação de gênero, que coloca o serviço público na vanguarda das demandas da sociedade. Esta igualdade de condições também se aplica aos cargos gerenciais, não há diferenciação salarial para os gêneros que ocupam as mesmas funções. Há, contudo, uma pequena diferenciação na média salarial em razão de práticas anteriores, às quais os empregados mais antigos faziam jus em decorrência de regramentos da época.

A remuneração dos Administradores atende à Deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, contudo, se o Diretor pertencer ao quadro permanente de empregados da Companhia, poderá optar entre receber o honorário ou continuar a receber o seu salário.

O quadro de pessoal total é de 1.787 empregados e a ocupação dos cargos gerenciais está equilibrada, sendo que, do total de 815 mulheres, 164 ocupam posições gerenciais (20%) e do total de 972 homens, 174 ocupam posições gerenciais (18%).

O quadro é especializado, contando com mais de 81% de profissionais com cursos de graduação, dos quais 48% são pós-graduados (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado e livre docência).



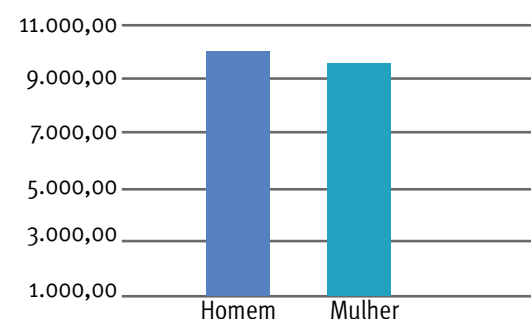
Mulheres	%	Raça	Homens	%
40	5	Pardos	71	7
19	2	Negros	32	3
0	0	Indígena	1	0,1
696	85	Branco	803	83
55	7	Amarelo	59	6
5	1	Não Informado	6	1

Escolaridade

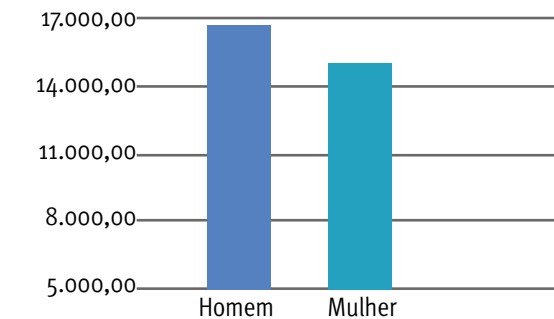
Sem Informação	2,7%
Ensino Fundamental Completo	0,8%
Ensino Fundamental Incompleto	0,6%
Ensino Médio	6,9%
Técnico Nível Médio	8,3%
Superior	42,1%
Especialização	22,9%
Mestrado	11,6%
Doutorado	3,9%
Pós-Doutorado	0,2%
Livre Docência	0,1%

46% Mulheres		54% Homens
49%	Gerentes	51%
45%	Universitários	55%
46%	Técnicos de nível médio	54%
29%	Operacionais	71%
62%	Aprendizes	38%
42%	Estagiários	58%
55	Idade Média	56

Remuneração Média - Geral (R\$)



Remuneração Média - Gerentes (R\$)



CAPACITAÇÃO DE EMPREGADOS

O capital humano é o maior patrimônio da Companhia e, nesse contexto, e com vistas ao desenvolvimento individual, a Escola Superior da CETESB propicia a transferência dos conhecimentos consolidados no âmbito das suas competências, objetivando fortalecer a atuação profissional na área de meio ambiente. Em 2021, foram contabilizadas 978 participações de empregados nos cursos oferecidos.

RELAÇÕES SINDICAIS - NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Em 2020 e 2021, seguindo as determinações da Comissão de Política Salarial - CPS, por se enquadrar como empresa dependente, a CETESB não foi autorizada a conceder reajuste nos salários e nos benefícios. Os sindicatos majoritários impetraram ações conjuntas de Dissídio Coletivo no Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 2ª Região, cujos Acórdãos concederam o reajuste de 2,60%, sobre todas as cláusulas econômicas, retroativamente a 1º de maio de 2020 e 7,81% sobre todas as cláusulas econômicas, retroativamente a 1º maio de 2021. A CETESB interpôs Embargos Declaratórios. Os dissídios coletivos permanecem em trâmite junto ao TRT.

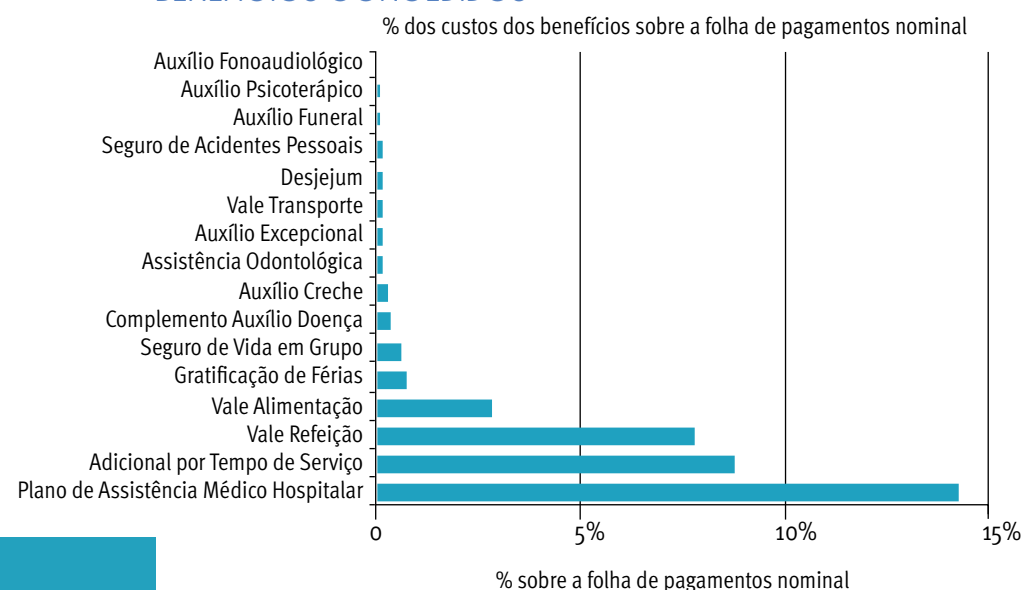
EMPREGADOS ACIDENTADOS E ACOMETIDOS POR DOENÇAS OCUPACIONAIS

Em 2021, cinco empregados sofreram acidentes do trabalho, sendo três acidentes típicos e dois acidentes de trajeto. Não houve caso de doença ocupacional.

EMPREGADOS COM DEFICIÊNCIA (PCD) OU REABILITADOS

Em observância ao Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, a Companhia mantém em seu quadro de empregados 181 pessoas com deficiência, sendo 114 homens e 67 mulheres.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS



PROGRAMAS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À COVID-19: “Guia de Prevenção à COVID-19” com regras, orientações e práticas que visam a proteção à saúde de todos os colaboradores da Companhia, que pode ser encontrado em <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Guia-de-prevencao-a-COVID-19.pdf>

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: Implantação e sustentação de melhorias aos empregados com a constante avaliação e valorização de seu crescimento, por meio de ações que visam conscientizá-los em relação à mudança de estilo de vida, buscando equilíbrio entre o bem-estar físico, psicológico, social e espiritual, por meio da adoção de hábitos saudáveis que possam refletir positivamente no desenvolvimento profissional, pessoal e familiar, em harmonia com o meio ambiente.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA - PARE: Objetiva sensibilizar empregados e familiares sobre a doença dependência química, tendo como pressuposto básico a prevenção e a recuperação da saúde, com tratamento ambulatorial ou internação em clínicas especializadas em dependência química. Inserido no PARE, há o Projeto de Controle e Prevenção do Tabagismo que tem caráter preventivo e de tratamento, com acompanhamento individual.

COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA: Contribui na identificação dos fatores de risco na Companhia, desencadeando as ações corretivas e de prevenção de acidentes do trabalho.

GINÁSTICA LABORAL: Prática educativa de exercícios físicos específicos para o sistema muscular e

articular do trabalhador, com a finalidade de prepará-lo para o trabalho diário, como fator de melhoria de saúde, reduzindo e prevenindo doenças ocupacionais, diminuindo o estresse, atuando sobre vícios posturais, contribuindo para diminuição do absenteísmo e aumentando a produtividade, por meio de vídeo aula.

PROGRAMA DE ESTÁGIO: Compreende o estágio curricular, destinados a alunos de nível superior e técnico, administrados pelo Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, com bolsa auxílio e o programa de estágio obrigatório (sem bolsa), administrado pela CETESB. Em 2021, a Companhia manteve 11 estagiários.

PROGRAMA APRENDIZ: Dirigido a jovens com idade mínima de 14 anos e máxima de 21 anos e 8 meses, tem carga horária de 6 horas diárias, duração de 15 meses e é composto por dois módulos: aprendizagem teórica, desenvolvido nas dependências da empresa contratada para esse fim, e a aprendizagem prática na CETESB. Em 2021, a Companhia manteve 22 aprendizes.

PROGRAMA DE MOVIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS: Desde a implantação, em dezembro de 2017, foram realizadas 83 transferências, 24 somente em 2021.

AValiação POR COMPETÊNCIAS: O sistema de avaliação de desempenho na CETESB é baseado nas competências técnicas e comportamentais.

A avaliação tem como objetivo analisar o desempenho e estabelecer os objetivos para o período subsequente. Em 2021, foram avaliados 1.625 empregados do quadro permanente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE



CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório do auditor independente sobre as Informações de Sustentabilidade

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

contato@russellbedford.com.br

www.russellbedford.com.br

+55 (11) 4007.1219

A member of Russell Bedford International
- A global network of independent professional services firms



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”; “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e emitimos nosso relatório sem ressalvas em 18 de março de 2022. Adicionalmente, examinamos as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que apresentam informações complementares às demonstrações financeiras examinadas, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas para possibilitar uma análise adicional.

Em nossa opinião, as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, como informação complementar às demonstrações financeiras acima referidas tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações de sustentabilidade”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

contato@russellbedford.com.br

www.russellbedford.com.br

+55 (11) 4007.1219

A member of Russell Bedford International
- A global network of independent professional services firms

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações desustentabilidade

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as informações por ela julgada relevantes para fins de informações complementares e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor na auditoria das informações de sustentabilidade

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das evidências e controles utilizados e a razoabilidade das estimativas dos dados de sustentabilidade e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, das bases de sustentabilidade, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a outras situações que nos levem a uma modificação em nossa opinião.
- Avaliamos a adequação das políticas e procedimentos e a razoabilidade das estimativas em sustentabilidade e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
 AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

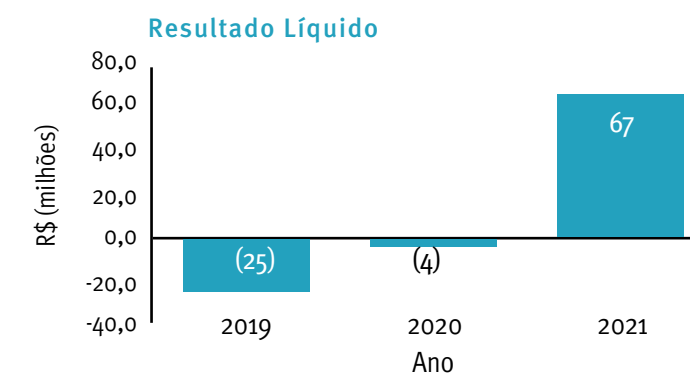
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
 Dados: 2022.03.22 08:54:02 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
 Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
 Sócio Responsável Técnico

DESEMPENHO CONTÁBIL

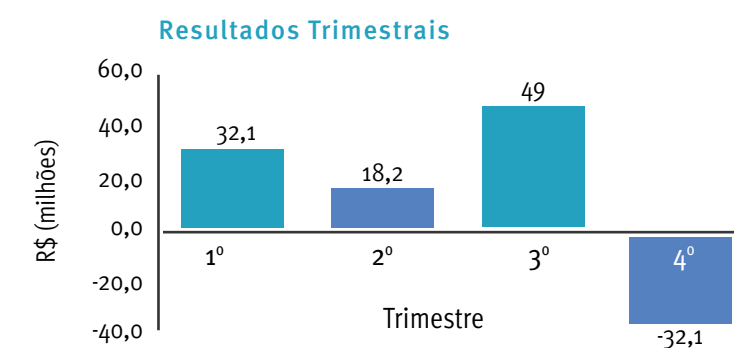
DESEMPENHO CONTÁBIL

A CETESB apresentou um lucro líquido de R\$ 67,2 milhões no exercício de 2021, superior em 1514% em comparação ao exercício de 2020.



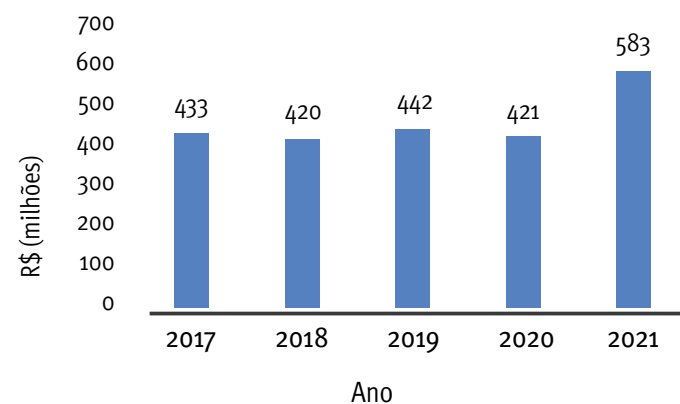
RESULTADO LÍQUIDO

Com a premissa de garantir o equilíbrio das finanças, mesmo com o 1º trimestre marcado pela pandemia da COVID-19, a Companhia apresentou lucro devido às ações de redução de despesas e ao recebimento, em fevereiro, de parcela da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (IBAMA). A partir do final do 2º trimestre, após decisão judicial favorável, os preços públicos das licenças ambientais retornaram a ser praticados com base no Decreto Estadual nº 62.973, de 28.11.2017, e pelo Decreto Estadual nº 64.512, de 03.10.2019. Assim, em junho, as receitas de licenças tiveram aumento de 99% em relação ao mês de maio. No 3º trimestre foram obtidos R\$ 49 milhões de lucro líquido, principalmente pelas ações de cobranças das diferenças de preços públicos do Decreto Estadual nº 47.397, de 04.12.2002 com os de 2017 e 2019. Enfim, no último trimestre, a CETESB teve prejuízo de R\$ 32 milhões, motivado pelo resultado do mês de outubro, quando houve ajuste na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD das inscrições de multas ambientais na dívida ativa do Estado, passando a constituição de 90% para 98% de inadimplência.



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida em 2021 atingiu R\$ 582,7 milhões, um aumento de 38,3% em relação ao ano anterior.



Conforme já destacado, o resultado da receita líquida foi influenciado pelo aumento de receitas próprias, fazendo com que a redução de 11,3% no repasse da subvenção do Tesouro em 2021 não afetasse o resultado do balanço.

RECURSOS DO TESOURO DO ESTADO

Em 2021, o Tesouro do Estado transferiu para a CETESB R\$ 190,6 milhões, sendo R\$ 181,5 milhões a título de subvenção para despesas com pessoal e encargos sociais e R\$ 9,1 milhões para custeio de suas atividades. O grau de dependência que, no passado, era próximo de 90% foi gradativamente reduzido alcançando, em 2021, 42,4%.

Nesse sentido, a Companhia segue envidando esforços no sentido de aumentar os ingressos de receitas próprias e, assim, reduzir seu grau de dependência dos recursos aportados pelo Tesouro, sem no entanto, perder de vista os investimentos necessários para o cumprimento de seu dever institucional.

INVESTIMENTOS

A CETESB encerrou 2021 com empenhos em investimento que somaram R\$ 54 milhões. As aquisições servirão para a renovação e ampliação do parque tecnológico e laboratorial da Companhia. O resultado se deve aos esforços da atual gestão para reduzir despesas e ao aumento da arrecadação, equilibrando as contas públicas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 43.776.491/0001-70 - BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2021	31.12.2020 (Reapresentado)	01.01.2020 (Reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2021
CIRCULANTE	258.374	131.330	121.858	CIRCULANTE	126.058
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios (nota 04)	217.100	34.522	16.232	Fornecedores (nota 09)	11.872
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (nota 04)	7.643	21.353	28.407	Salários e Remunerações a Pagar (nota 10)	41.672
Clientes e Outras Contas a Receber	553	132	440	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 11)	18.135
Adiantamentos a Empregados	2.608	2.397	1.790	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	6.507
Impostos a Recuperar (nota 23)	10.770	29.688	30.232	Adiantamentos de Clientes	325
Parcelamentos a Receber (nota 05)	15.066	40.905	40.891	Outras Contas a Pagar	1.904
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	3.629	1.102	2.861	Provisão para Contingências (nota 13)	18.716
Estoques	626	661	542	Provisão para Contribuição Social (nota 22)	10.958
Despesas Exercício Seguinte	379	570	463	Dividendos Propostos (nota 14e)	15.969
NÃO CIRCULANTE	173.854	234.111	249.544	NÃO CIRCULANTE	32.905
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	57.487	115.106	118.007	Impostos Reservas de Reavaliação	1.326
Depósitos Judiciais (nota 13)		9.939	9.933	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	1.136
Adiantamentos a Empregados	2.804	2.883	3.529	Provisão para Contingências (nota 13)	30.443
Parcelamentos a Receber (nota 05)	26.356	11.265	18.649	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	273.265
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	17.430	89.654	84.860	Capital Social (nota 14a)	169.577
Impostos a Recuperar	1.399	1.365	1.036	Ações em Tesouraria (-)	-1
IMOBILIZADO (nota 07)	112.325	116.826	127.657	Reservas de Capital (nota 14b)	3.834
INTANGÍVEL (nota 08)	4.042	2.179	3.880	Reservas de Reavaliação (nota 14c)	18.691
				Reservas de Lucros a Realizar (nota 14d)	81.164
TOTAL	432.228	365.441	371.402	TOTAL	432.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores em milhares de reais)

	nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS			
Subvenção de Custeio		190.608	214.901
Exercício do Poder de Polícia Delegado		401.716	220.935
Venda de Serviços e Produtos		11.235	4.880
Deduções		(20.810)	(19.356)
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	15	582.749	421.360
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS	16	(318.102)	(300.055)
LUCRO BRUTO		264.647	121.305
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	16	(141.448)	(143.290)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		(65.715)	7.011
Outras Despesas e Receitas Operacionais	17	7.344	8.293
		(199.819)	(127.986)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		64.828	(6.681)
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	18	13.369	2.241
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		78.197	(4.440)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(10.958)	-
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		67.239	(4.440)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		R\$ 11,89	(R\$ 0,79)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Reserva de Lucros						Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas Legais	Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	169.577	(1)	7.698	-	-	19.165	-	196.439
Resultado Exercícios Anteriores:								
Compensação Encargos Previdenciários	-	-	-	-	29.582	-	-	29.582
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2020	169.577	(1)	7.698	-	29.582	19.165	-	226.021
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(237)	-	(237)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	312	312
Bens Recebidos em Doação	-	-	-	-	-	-	0	0
Prejuízo do Período	-	-	-	-	-	-	(4.440)	(4.440)
Resultado Exercícios Anteriores:								
Compensação Encargos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	264	264
Transferência para Reservas de Capital	-	-	(3.864)	-	-	-	3.864	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	169.577	(1)	3.834	-	29.582	18.928	-	221.920
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(237)	-	(237)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	312	312
Reserva de Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	67.239	67.239
Resultado Exercícios Anteriores:								
Compensação Encargos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	0
Apropriação do Resultado do Exercício:								
Reserva Legal	-	-	-	3.362	-	-	(3.362)	0
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	64.189	-	(64.189)	0
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(15.969)	-	-	(15.969)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	169.577	(1)	3.834	3.362	77.802	18.691	0	273.265

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	67.239	(4.440)
Realização das reservas de reavaliação	(237)	(237)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	312	312
Ajuste de exercícios anteriores	-	264
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	67.314	(4.101)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9989% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações contábeis estão sendo evidencia-

das e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações contábeis no exercício de 2021 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, os testes de recuperação dos ativos são realizados ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios / gatilhos internos ou externos que assim o determinem.

Como a Companhia é tratada na concepção de uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, considerando a aplicação da abordagem do custo de reposição dos ativos, ajustando-o mediante os efeitos do desgaste natural de utilização e da obsolescência, não se vislumbrou efeitos da pandemia do COVID 19 neste sentido. A Companhia efetua anualmente ou quando há indícios de perda, o teste de impairment conforme previsto na NBC TG 01 (R4), visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e o intangível.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Em outubro de 2020 a CETESB realizou a contratação da Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, que é detentora de um software de gestão previdenciária que reconhece na folha de pagamento as oportunidades de compensação das contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores baseada em legislação vigente. A contratação desta empresa foi submetida à apreciação do Departamento Jurídico que, concluiu que o processo apresentava segurança jurídica, para que a CETESB iniciasse essa prática. O software desenvolvido pela AG Brasil fez a avaliação dos tributos recolhidos pela Companhia de acordo com a legislação vigente e jurisprudência, nos últimos 05 (cinco) anos e concluiu que o valor apurado a maior foi de R\$ 29 milhões em relação a períodos anteriores. A CETESB optou por fazer a compensa-

ção do recolhimento do INSS Patronal mensalmente, abatendo do mesmo, por meio de PERDCOMP a média de R\$ 3 milhões mensais.

Por esse motivo, a Companhia está rerepresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2020, para fim de comparação, a fim de retificar o valor recolhido a maior referente ao INSS patronal de períodos anteriores, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que versa em seu item 42, sujeito ao disposto no item 43. Essas demonstrações fazem retificação de erro quanto às demonstrações contábeis divulgadas referentes ao exercício de 2020 e anteriores.

A seguir, o impacto nas demonstrações contábeis de 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020 das reversões citadas:

	01 de janeiro de 2020			31 de dezembro de 2020		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	92.276		121.858	101.748		131.330
Impostos a recuperar	650	29.582	30.232	106	29.582	29.688
Ativo Não Circulante	249.544		249.544	234.111		234.111
Total do Ativo	341.820	29.582	371.402	335.859	29.582	365.441
Passivo Circulante	101.551		101.551	106.908		106.908
Passivo Não Circulante	43.830		43.830	36.613		36.613
Patrimônio Líquido	196.439		196.439	192.338		221.920
Reserva de Lucros	-	29.582	29.582		29.582	29.582
Total do Passivo	341.820	29.582	371.402	335.859	29.582	365.441

Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de dezembro de 2021, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, apenas as revisões de pronunciamentos técnicos nº 15/2020 e nº 16/2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício anterior.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como almoxarifados e suporte de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são desenhos compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 13.

d) Imobilizado

Até o período de 31/12/2003 o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. A Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imó-

veis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua anualmente ou quando há indícios de perda, o teste de impairment conforme previsto na NBC TG 01 (R4).

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 8).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2021.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta

de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, e em 31/12/2021, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou na base de cálculo líquida de R\$ 121.965 mil, após compensação de 30% da base de cálculo negativa de exercícios anteriores, apurando o valor de contribuição social a recolher de R\$ 10.958 mil. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Gestão Previdenciária

A Companhia firmou contrato de prestação de serviços em outubro de 2020 para aferição dos pagamentos de encargos previdenciários, identificando valores pagos a maior, inclusive dos últimos 5 exercícios. Até 31 de dezembro de 2021, foram apurados valores pagos a maior dos exercícios de 2016 e 2017, no montante de R\$ 29.846 mil, os quais vem sendo compensados no recolhimento do INSS patronal.

j) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das ca-

racterísticas operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

k) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa 12) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Bancos	968	1.431
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	216.132	33.091
Total Recursos Próprios	<u>217.100</u>	<u>34.522</u>
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	<u>7.643</u>	<u>21.353</u>
Total	224.743	55.875

5. PAROELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados na periodicidade trimestral ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, constatada inadimplência recorrente evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. Desde 30/06/2021 constitui-se provisão de perda para os títulos vencidos há mais de 6 meses com base na UFESP de 01/01/2021. Durante o exercício, é feita uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Multas Fontes Móveis	2.170	20.332	19.777	1.426
Multas Fontes Estacionárias	8.228	16.483	17.620	13.088
Multas Agenda Verde	5.053	4.723	8.429	9.887
Assistência Médica	31	311	469	180
Cursos	-	-	7	7
PCLD	(416)	(966)	(26.043)	(13.323)
Atualização Legal	-	22	6.097	-
Total	15.066	40.905	26.356	11.265

6. VALORES A RECEBER - DÍVIDA ATIVA

No exercício de 2021, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa - SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 98%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico que realizou uma análise da média histórica de recebimentos, para o triênio de 2018 a 2020, identificando que os valores de recebimento não ultrapassaram em média 3% do saldo dos títulos inscritos na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado. Referido estudo foi aprovado na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	31.12.2021	31.12.2020
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	7.328	9.240
Arrecadação de multas a repassar	3.483	178
PCLD (-)	(7.182)	(8.316)
Total	3.629	1.102

b) Inscrições na Dívida Ativa - NÃO CIRCULANTE:

	31.12.2021	31.12.2020
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	796.334	851.781
PCLD (-)	(780.407)	(766.604)
Atualização Legal	72.855	42.469
PCLD (-)	(71.398)	(38.222)
CDA's pagas com código indevido	2.294	2.294
PCLD (-)	(2.248)	(2.064)
Total	17.430	89.654

c) Composição da PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	31.12.2021	31.12.2020
Multas Fontes Estacionárias	713.971	703.354
Multas Fontes Móveis	320	856
Multas Agenda Verde	66.116	62.394
Total	780.407	766.604

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 10.924 inscrições, até 31 de dezembro de 2021.

7. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

	Depreciação		31.12.2021		31.12.2020		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	62.766	(39.442)	23.324	62.122	(36.783)	25.339
Rede Telemétrica	10	2.288	(2.288)	-	2.288	(2.288)	-
Máquinas e Equipamentos	10	98.439	(70.099)	28.340	97.228	(63.828)	33.400
Móveis e Utensílios	10	5.474	(4.421)	1.053	5.253	(4.146)	1.107
Veículos e Embarcações	20 e 5	14.602	(13.901)	701	15.853	(14.835)	1.018
Microcomputadores/Periféricos	20	26.384	(19.252)	7.132	20.635	(17.996)	2.639
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	34.756	(8.223)	26.533	31.936	(6.929)	25.007
Outras Imobilizações		1.007	(158)	849	1.033	(155)	878
Imobilizações em Andamento		9.428	-	9.428	12.481	-	12.481
Total		270.101	(157.784)	112.317	263.786	(146.960)	116.826

b. Movimentação

	31.12.2020	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Depreciações	31.12.2021
Terrenos	14.957	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	25.339	258	-	386	(2.659)	23.324
Rede Telemétrica	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	33.400	409	(56)	918	(6.328)	28.343
Móveis e Utensílios	1.107	225	(4)	-	(278)	1.050
Veículos e Embarcações	1.018	3	-	-	(327)	694
Microcomputadores/Periféricos	2.639	5.840	(82)	-	(1.312)	7.085
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.007	185	-	2.636	(1.294)	26.534
Outras Imobilizações	878	-	-	-	(2)	876
Imobilizações em Andamento	12.481	5.024	-	(8.051)	-	9.454
Total	116.826	11.944	(142)	(4.111)	(12.200)	112.317

	31.12.2019	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Depreciações	31.12.2020
Terrenos	14.957	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	28.078	68	-	7	(2.815)	25.338
Rede Telemétrica	-	-	(377)	-	377	-
Máquinas e Equipamentos	36.108	95	-	4.210	(7.012)	33.401
Móveis e Utensílios	1.354	50	-	-	(297)	1.107
Veículos e Embarcações	1.223	163	-	-	(368)	1.018
Microcomputadores/Periféricos	3.889	209	-	-	(1.458)	2.640
Benfeitorias em Prop.de 3º	19.986	35	(8)	6.174	(1.180)	25.007
Outras Imobilizações	880	-	-	-	(3)	877
Imobilizações em Andamento	21.182	1.690	-	(10.391)	-	12.481
Total	127.657	2.310	(385)	-	(12.756)	116.826

8. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a. Saldos Patrimoniais

	Amortização		31.12.2021		31.12.2020		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Custo	Amortização Acumulada		
Software	20	13.197	9.155	9.086	6.907	2.179	2.179
Total		13.197	9.155	9.086	6.907	2.179	2.179

b. Movimentação

	31.12.2020	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2021
Software	2.179	-	-	4.111	(2.248)	4.042
Total	2.179	-	-	4.111	-2.248	4.042

	31.12.2019	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2020
Software	3.880	-	-	-	(1.701)	2.179
Total	3.880	-	-	-	(1.701)	2.179

No exercício de 2021 foi efetuada uma transferência correspondente ao bem patrimonial cadastrado na conta de imobilizações em andamento no valor de R\$ 4.111 mil para a conta de *softwares* referente ao *software* “Sistema de Gestão Inventário Fontes de Poluição”.



9. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Equipamentos de Informática	5.245	20
Fornecimento Vale Refeição	1.377	1.436
Serviços Assistência Médica	1.075	1.749
Fornecimento Vale Alimentação	475	488
Serviços de Limpeza	315	293
Serviços de Segurança	139	234
Serviços de Informática	803	435
Devolução de Taxas	293	-
Serviços de Manutenção	239	84
Serviços Gestão Previdenciária	138	119
Energia Elétrica	313	149
Telefonia	90	91
Materiais de Laboratório	258	33
Água e Esgoto	37	22
Prestação de serviços diversos	876	951
Total	11.673	6.104

10. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Salários	28	9
Prov. Férias e Encargos Sociais	41.643	42.082
Prov. Licença Premio	-	15
Prov. 13º Sal. e Enc. Sociais	-	-
Total	41.671	42.106

A Companhia provisiona os salários que são pagos dentro do mês. Nesta rubrica também são provisionadas as férias com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS) e licença prêmio. A provisão de décimo terceiro salário foi liquidada em dezembro de 2021.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CIRCULANTE	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Folha de Pagamento	16.554	18.274
De Terceiros	1.506	1.207
Outros	75	75
Total	18.135	19.556

12. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
FEHIDRO	1.506	4.362	-	4.159
DERSA	1.255	2.090	-	-
ANA - Ag. Nac. Águas	-	1.578	-	-
PNUMA	-	865	-	20
FECOP	-	670	-	858
FID Secretaria da Justiça	686	667	-	-
CPLA	-	694	-	1.081
COSAN	443	511	-	-
PETROBRAS	849	438	262	698
CERJU	-	281	874	557
IBAMA/CANADA	-	225	-	403
FUNASA	26	223	-	-
SABESP	1.125	-	-	-
DAEE	425	153	-	190
LATU URUGUAI	192	503	-	126
Total	6.507	13.260	1.136	8.092

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Na tabela acima foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas. Legenda e detalhes de alguns convênios: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, compensação ambiental; PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realização de workshop Convenção de Estocolmo; FECOP - Programa Estadual de Prevenção e Controle da Poluição, destina-se a apoiar e incentivar a execução de projetos rela-

cionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente no Estado de São Paulo; FID - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, dentre outros objetivos, destina-se a financiar projetos atribuídos ao ressarcimento à coletividade dos danos causados ao meio ambiente e CPLA - extinta Coordenadoria de Planejamento Ambiental, projeto de resíduos sólidos urbanos.

13. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

a) Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	6.995	11.171	7.299	8.179
Cíveis	11.721	12.640	4.296	476
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	18.848	18.464
Total	18.716	23.811	30.443	27.119

O montante em 31/12/2021, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis, é de R\$ 9.498 mil (R\$ 9.939 mil em 31/12/2020).

b) A movimentação das provisões no exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2020	19.350	13.116	18.464
Adições	-	2.901	384
Baixas / Reversões (-)	(5.056)	-	-
Saldo em 31/12/2021	14.294	16.017	18.848

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, e estes litígios tramitam tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, os quais, quando aplicáveis, estão resguardados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seu Departamento Jurídico.

A seguir, o detalhamento da natureza das Provisões:

c.1) Provisão para Contingências Trabalhistas - consiste, principalmente, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração no emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e diferenças de verbas rescisórias.

c.2) Provisão para Contingências Cíveis - consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos licenciatórios. Devido à mudança na gerência do Departamento Jurídico, houve uma revisão na metodologia anteriormente aplicada, adotando-se o valor da causa como base do provisionamento.

c.3) Provisão para Contingências Fiscais

c.3.1) Exercício de 2009 - No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R\$ 36.587 mil referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas ao exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, em fiscalização concluída no exercício em questão. O montante atualizado em 31/12/2021 é de R\$ 62.783 mil, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 18.848 mil, como perda provável e R\$ 43.935 mil como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.3.2) Exercício de 2013 - Ainda sobre o processo relativo à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27/09/2018, o órgão emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249 mil, sendo que a Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 mil e multa de R\$ 19.678 mil. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 pela 10ª Turma da DRJ/SPO, a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548 mil, cujo valor atualizado em 31/12/2021 é de R\$ 5.394 mil. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e aguarda julgamento.

Em 31/12/2021, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como perda possível.

c.3.3) Exercícios de 2016 e 2017 - A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo instaurou procedimentos fiscais com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP"), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e à Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Em 13.01.2021, após a análise da documentação, foi lavrado Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal, em relação a (i) CSLL, instaurado o Processo nº 15746-720.053/2021-37, implicando a lavratura do Auto de Infração e a constituição do crédito tributário no valor de R\$ 4.543 mil; (ii) PIS/PASEP e COFINS, instaurado o Processo nº 15746-720.052/2021- 92, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 mil e R\$ 16.531 mil, respectivamente. As autuações totalizaram o valor de R\$ 24.656 mil, cujo valor atualizado em 31/12/2021 é de R\$ 25.467 mil. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Após o esgotamento da esfera administrativa, caberá avaliação de eventual propositura de ação judicial a depender do entendimento jurisprudencial à época do seu encerramento. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações e há discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

d) Divulgação de Processos classificados como de Perda Possível

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	11.927	18.231
Cíveis	127.200	25.501
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 ⁽¹⁾	43.935	43.055
Auto Infração - 2013 ⁽²⁾	5.394	5.235
Autos Infrações - 2016/17 ⁽³⁾	25.467	-
Total	213.923	92.022

(1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL.

Ação judicial em curso mediante seguro garantia.

(2) Receita Federal - Auto de infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL.

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

(3) Receita Federal - Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL.

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social está representado por 5.652.551.863 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 169.577 mil, em 31/12/2021, sendo 99,9989% pertencentes à Fazenda do Estado de São Paulo, 0,0010% à SUCEN - Superintendência de Controle de Endemias e 0,0001% de ações em tesouraria;

b. Reservas de Capital: O montante de R\$ 3.834 mil refere-se à exercícios anteriores. No exercício de 2021 não houve movimentação nas reservas.

c. Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2021, houve a realização do montante de R\$ 237 mil, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. No mesmo período também foi reconhecido o montante de R\$ 312 mil, em contrapartida a conta de Lucros Acumulados, relativo ao diferimento da tributação das respectivas reservas, assim sendo, em 31/12/2021, o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.691 mil e R\$ 18.928 mil em 31/12/2020;

d. Reservas de Lucros a Realizar: compreende o resultado acumulado no exercício de 2021 no montante de R\$ 47.908 mil; a constituição da reserva legal no montante de R\$ 3.362 mil; o diferimento da tributação das Reservas de Reavaliação, conforme item 14.c., e a compensação de encargos previdenciários de exercícios anteriores, no montante de R\$ 29.582 mil;

e. O Estatuto Social da Companhia estipula que os acionistas terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. O valor apurado dos dividendos corresponde à R\$ 15.969 mil conforme demonstrado:

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS - EXERCÍCIO 2021

Lucro Líquido do Exercício	67.239
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)
Reservas de Lucros	63.877
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)
Reservas de Lucros a realizar	47.908

15. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 31/12/2021 representou 32% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei estadual nº 17.309 de 29/12/2020 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 190 milhões. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto nº 65.488 de 22/01/2021 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto nº 8.468 de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto nº 62.973 de 28/11/2017 e Decreto nº 64.512 de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segun-

do a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-OO-Estrutura Conceitual.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020*</u>
Subvenção Econômica	190.608	214.901
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	316.491	171.033
Multas Ambientais	51.144	36.884
Taxa de Fiscalização Ambiental	34.081	13.018
Subtotal	401.716	220.935
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	7.267	3.467
Fecop	1.202	-
Emissão de Certidões	840	397
Conv. ANA	764	-
Cursos	523	541
Análises Laboratoriais	359	325
Demais Receitas	280	150
Subtotal	11.235	4.880
Deduções		
ISS/ICMS	(415)	(238)
PASEP/COFINS	(14.938)	(7.992)
Devoluções Licenciamento	(3.647)	(4.048)
Cancelamento de Vendas/Serviços	0	(5)
Cancelamentos de Multas Ambientais	(1.810)	(7.073)
Subtotal	(20.810)	(19.356)
Total	582.749	421.360

*Errata: dados corrigidos em agosto de 2022

16. CUSTOS E DESPESAS

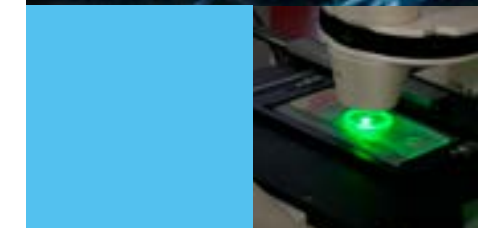
	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Pessoal e Reflexos	283.402	273.327	94.364	92.766
Pessoal Afastamento SIMA	-	-	27.389	28.490
Pessoal Afastamento Fund Florestal	-	-	451	439
Remuneração Diretoria	865	874	566	589
Remun.Órgãos Estatutários	-	-	1.559	1.531
Recup.Pessoal Afastamentos Outros Órgãos	-	-	(225)	(250)
Materiais	4.907	3.328	1.096	1.036
Serviços de Terceiros	9.771	6.833	10.228	7.075
Servs.Prestados Partes Relacionadas	-	-	-	86
Viagens	407	351	475	406
Aluguéis	517	552	277	854
Utilidades	3.311	2.771	1.999	2.377
Seguros	-	-	524	533
Imp/Taxas e Contribuições	285	144	1.727	1.789
Depreciações/Amortizações	9.631	10.308	4.818	4.530
Distribuição de Custos	4.094	604	(4.094)	(604)
Demais Despesas	912	963	294	1.643
Total	318.102	300.055	141.448	143.290

17. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Recuperação Despesas de Convênios	18.921	10.951
Outras Recuperações	118	1.098
Provisões e Reversões de Contingências	-	-
Trabalhistas/Cíveis e Outras	(17.225)	(4.130)
Outras Despesas e Receitas	5.530	374
Total	7.344	8.293

18. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas Financeiras		
Atualização Legal PGE	1.457	4.247
Atualização Legal Outros	13.676	259
Outras Receitas Financeiras	262	148
Total	15.395	4.654
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(439)	(419)
Atualização Legal	(1.338)	(1.992)
Outras Despesas Financeiras	(249)	(2)
Total	(2.026)	(2.413)
RESULTADO FINANCEIRO	13.369	2.241



19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 29/04/2019, com vigência a partir de 01/05/2019, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

b) Transações com Entidades Estaduais

l) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 110 mil e R\$ 86 mil a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”:

Empresas	31.12.2021	31.12.2020
SABESP	73	22
PRODESP	37	55
IMESP	-	9
Total	110	86

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no exercício de 2021 e 2020 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 11.249 mil e R\$ 6.452 mil, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

Empresas	31.12.2021	31.12.2020
CDHU	14	-
CESP	139	6
Cia Paulista de Obras e Serv.	6	6
CPTM	139	258
DAEE	201	124
DER	20	198
DERSA	41	56
EMAE	68	86
EMTU	339	312
IMESP	-	3
METRO	279	106
SABESP	9.949	5.279
SAP - Sec Adm Penitenciária	1	17
Secretaria de Esportes	1	-
Secretaria da Saude	49	-
USP	3	1
Total	11.249	6.452

A contabilização dos gastos da Companhia em relação aos empregados afastados e custeio junto à SIMA e Fundação Florestal-FF das despesas da SIMA e Fundação Florestal com cessão de empregados e custeio foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA/SP)

Natureza da transação	31.12.2021			31.12.2020				
	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	27.389	-	27.389	-	28.490	-	28.490
Benefícios a empregados	-	3.725	-	3.725	-	3.151	-	3.151
Telefone	-	4	-	4	-	6	-	6
Aprop. Depreciação	-	307	-	307	-	279	-	279
Mat. Manut. Edifícios Inst.	-	4	-	4	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	404	-	404	-	275	-	275
Água/Esgoto	-	102	-	102	-	88	-	88
IPTU	-	430	-	430	-	296	-	296
Outros Materiais	-	6	-	6	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	1.013	-	1.013	-	999	-	999
TOTAL		33.384		33.384		33.584		33.584

Natureza da transação	Fundação Florestal							
	31.12.2021			31.12.2020				
	Receita	Custos/ Ressarc. de despesas	Total	Receita	Custos/ Ressarc. de despesas	Total		
Cessão de empregados	-	451	-	451	-	439	-	439
Benefícios a empregados	-	62	-	62	-	39	-	39
Telefone	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprop. Depreciação	-	50	-	50	-	3	-	3
Mat. Manut. Edifícios Inst.	-	2	-	2	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	143	-	143	-	89	-	89
Água/Esgoto	-	22	-	22	-	3	-	3
IPTU	-	172	-	172	-	85	-	85
Outros Materiais	-	2	-	2	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	390	-	390	-	285	-	285
TOTAL		1.294		1.294		943		943

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2021, a CETESB possuía 130 empregados afastados à SIMA e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SIMA e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 27.389 mil e R\$ 451 mil respectivamente, demonstradas na nota explicativa 16.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 225 mil, demonstradas na nota explicativa nº 16.

d) Utilização de Imóveis

A SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente ocupa, desde 1995, cerca de 24% da área do imóvel da sede da CETESB. Essas despesas estão contabilizadas e demonstradas no quadro o item “c”.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SIMA	2013	Indeterminado
Bauru	DER	2005	Indeterminado
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Guarulhos	SIMA	2017	25/10/2038
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jundiaí	DER	2003	Indeterminado
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	DAEE	2012	15/10/2022
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
São Bernardo do Campo	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SIMA	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

21. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica “Remuneração de Órgãos Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas”.

	Valores		Número de Membros	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Conselho de Administração	856	827	11	11
Comitê de Auditoria*	419	419	3	3
Conselho Fiscal	285	285	5	5
Diretoria	1.430	1.463	5	5
Total	2.990	2.994	24	24

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

22. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Os valores registrados como despesa de contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações financeiras estão constituídos sobre o lucro tributável de acordo com legislação vigente, sendo calculado com base na alíquota de 9%.

Resultado Contábil Antes da CSLL	67.589
(+) Adições	157.581
(-) Exclusões	<u>(50.935)</u>
Lucro Líquido	174.235
(-) 30% Base Negativa	<u>(52.271)</u>
Base de Cálculo para Contribuição Social	121.965
CSLL (9%)	10.976
Créditos Compensados	(18)
Saldo	10.958

23. IMPOSTOS A RECUPERAR:

Durante o exercício de 2021 a CETESB apurou lucro real e optou por recolher de forma estimada mensal, os pagamentos da Contribuição sobre o Lucro Líquido - CSLL no montante de R\$ 10.620 milhões, referente às competências de janeiro a novembro. Ao final do período a Companhia irá apurar os valores devidos no DRE à título de CSLL e, caso o total recolhido seja superior ao devido, irá solicitar a restituição junto à Receita Federal.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de Renda	116	57
Pasep	5	2
Cofins	24	9
CSLL	3	38
Antecipação de Contribuição Social	<u>10.620</u>	<u>-</u>
Total	10.768	106

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2021 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada conforme ata de reunião realizada no dia 10/03/2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

contato@russellbedford.com.br

www.russellbedford.com.br

+55 (11) 4007.1219

A member of Russell Bedford International
- A global network of independent professional services firms

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Reapresentação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2020

Conforme Nota Explicativa nº 2 "d", as demonstrações contábeis apresentam ajustes de exercícios anteriores, referente Contribuições Previdenciárias recolhidas a maior no montante de R\$ 29.582 milhões. Os valores correspondentes referentes ao exercício de 2020 estão sendo apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
 AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091 Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
 Dados: 2022.03.22 08:54:02 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
 Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
 Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e à vista da opinião consubstanciada no Relatório do Auditor Independente - Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, de 23/03/2022, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 24 de março de 2022.

HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA

JOSÉ VALTER DA SILVA JÚNIOR

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

REGINA ROMEIRO E PINHEIRO

ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Consoante ao disposto na letra “f”, do inciso I, do artigo 19 do Estatuto Social, compete à Diretoria Colegiada elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: “anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício...”.

Em reunião realizada em 10/03/2022, a Diretoria Colegiada da CETESB, consoante o disposto no artigo 196, da Lei Federal nº 6.404/76, apresentou proposta para a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021 da seguinte forma:

Valor Lucro Líquido	Alocação		
R\$ 67.239	{	Reserva Legal (5%)	R\$ 3.362
		Distribuição de dividendos - 25%	R\$ 15.969
		Plano de investimentos - 75%	R\$ 47.908
			<u>R\$ 67.239</u>

1) 5% do saldo disponível à Reserva Legal, no total de três milhões, trezentos e sessenta e dois mil reais;

2) Distribuição de Dividendos ao acionista de quinze milhões, novecentos e sessenta e nove mil reais, valor este correspondente aos 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, conforme disposto no artigo 44 do Estatuto Social;

3) Plano de Investimentos no montante de quarenta e sete milhões, novecentos e oito mil reais.

O Comitê de Auditoria Estatutário apreciou a proposta e opinou no sentido de submeter ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23/03/2022, se manifestou favorável ao encaminhamento da referida Proposta para apreciação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, em reunião realizada em 24/03/2022, emitiu o seguinte Parecer:

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da Proposta da Diretoria Colegiada, relativa à destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e opina que a referida Proposta se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, agendada para o dia 25/04/22.

São Paulo, 24 de março de 2022.

HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA

JOSÉ VALTER DA SILVA JÚNIOR

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

REGINA ROMEIRO E PINHEIRO

ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cláudio Carvalho de Lima - Presidente

Patrícia Iglecias - Conselheira

Kelly Lopes Lemes - Conselheira

Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto - Conselheiro

Luiz Antonio Carvalho Pacheco - Conselheiro

Nilton Lagana Júnior - Conselheiro

Orestes Marraccini Gonçalves - Conselheiro

Tatiana Pereira Campos - Conselheira Representante dos Empregados

Susana Hanna Stiphan Jabra - Conselheira Independente

João Carlos Castilho Garcia - Conselheiro Independente

Jorge Alberto Soares Tenório - Conselheiro Independente

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Susana Hanna Stiphan Jabra - Coordenadora

Ruy Martins Altenfelder da Silva - Membro

Afonso Antonio Hennel - Membro

DIRETORIA COLEGIADA

Patrícia Iglecias - Diretora-Presidente

Aruntho Savastano Neto - Diretor de Gestão Corporativa

Glauco Attorre Penna - Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

Domenico Tremaroli - Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental

Carlos Roberto dos Santos - Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

CONSELHO FISCAL

Heloísa Maria de Salles Penteado Proença - Titular

José Valter da Silva Júnior - Titular

Mauro Ricardo Machado Costa - Titular

Regina Romero e Pinheiro - Titular

Roberto Yoshikazu Yamazaki - Titular

Edson Tomaz de Lima Filho - Suplente

Eduardo Soares de Camargo - Suplente

João Carlos Gonçalves da Silva - Suplente

Leonardo Maurício Colombini Lima - Suplente

Márcio Cury Abumussi - Suplente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE

COORDENAÇÃO

Jorge Luiz Nobre Gouveia - Departamento de Desenvolvimento Estratégico Institucional

EQUIPE TÉCNICA

Maria Cristina C. de Sá Ciccone - Divisão de Desenvolvimento e Planejamento

Sílvia Tieko Nakamura - Setor de Planejamento Institucional

COLABORAÇÃO

Célio Alves Sobral

Rozilda Cordeiro Farias

Projeto Gráfico

Vera Severo

Setor de Editoração

Agradecemos aos profissionais da CETESB que forneceram as informações necessárias para a elaboração do Relatório da Administração e de Sustentabilidade 2021.





**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente

Acompanhe as redes sociais da CETESB:

Site: cetesb.sp.gov.br

Facebook: facebook.com/cetesbsp

Linkedin: linkedin.com/company/cetesb

Instagram: instagram.com/cetesbsp

SoundCloud: soundcloud.com/cetesbsp